

AVALIAÇÃO DO MANEJO DAS PLANTAÇÕES FLORESTAIS
PROCESSO DE RE-CERTIFICAÇÃO DO CONSÓRCIO PAULISTA DE PAPEL E
CELULOSE (CONPACEL) NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E PARANÁ – BRASIL
CONDUZIDO CONFORME OS PRECEITOS DO FSC E DO PROGRAMA DE
CONSERVAÇÃO FLORESTAL DA SCS
Programa de Certificação Acreditado pelo FSC

Número de Certificado: SCS-FM/COC-00076P

Submetido ao

CONSÓRCIO PAULISTA DE PAPEL E CELULOSE - CONPACEL

Bairro do Lageado, s/nº - Limeira – SP
CEP13465-970 – CP 254 – Americana – Estado de São Paulo, BRASIL

Coordenado por Vanilda R. de Souza

Data da auditoria de campo: 30/03/2009 a 03/04/2009

Data da versão final do relatório: 17 de julho de 2009

Data da recertificação: 20 de julho de 2009

PELA

SCIENTIFIC CERTIFICATION SYSTEMS

2000 Powell St., Suite 1350

Emeryville, CA 94608, USA

www.scscertified.com

Contato SCS: Dave Wager – dwager@scscertified.com

Contato CONPACEL: Rogério Salamuni – salamuni@conpacel.com.br

Organização do relatório

Este relatório é o resultado da avaliação da equipe de auditores e está dividido em duas seções. Na seção A, está o Resumo Público e as informações básicas requeridas pelo FSC (Forest Stewardship Council). Esta seção estará aberta ao público em geral e tem a intenção de propiciar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais e do plano de ação em relação às florestas e o resultado da avaliação. A seção A será colocada à disposição na página WEB da SCS (www.scscertified.com), até no máximo 30 dias após a re-certificação. A seção B contém as informações mais detalhadas para o uso da empresa.

Processo de certificação

Processo de certificação das florestas plantadas de eucalipto do Conpacel (Consórcio Paulista de Papel e Celulose), nos Estados de São Paulo e Paraná, Brasil. O Conpacel administra **113.786,48** hectares, distribuídos em 50 municípios no Estado de São Paulo e 2 no Estado do Paraná. Destes, um total de **82.603,26** hectares são objetos desta certificação, compostos por **57.309,74**ha de efetivo plantio, 21.402,48 ha de áreas de conservação e **3.891,04** ha correspondem à infra-estrutura.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	4
SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO E INFORMAÇÕES BÁSICAS	5
1.0 INFORMAÇÕES GERAIS	5
1.1 - DADOS REQUERIDOS PELO FSC	6
1.2 CONTEXTO DO MANEJO FLORESTAL	7
1.2.1 Contexto ambiental.....	7
1.2.2 Contexto socioeconômico e breve histórico da região	10
1.3 MANEJO FLORESTAL DA EMPRESA	13
1.3.1 Uso do solo	13
1.3.2 Áreas fora do escopo de certificação.....	14
1.3.3 Sistema de controle da origem, seguimento e identificação dos produtos da floresta	14
1.4 PLANO DE MANEJO	14
1.4.1 Objetivos do manejo.....	14
1.4.2 Composição da UMF (Unidades de Manejo Florestal)	15
1.4.3 Sistema silvicultural	17
1.4.4 Sistema de manejo.....	18
1.4.5 Sistema de monitoramento	19
1.4.6 Estimativa da máxima produção sustentada.....	22
1.4.7 Estimativa atual e projetada da produção	22
1.4.8 Uso de pesticidas	23
2.0 PADRÕES UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO	23
3.0 PROCESSO DE AVALIAÇÃO	23
3.1 DATAS DE AVALIAÇÃO	23
3.2 EQUIPE DE AVALIAÇÃO	24
3.2.1 Equipe de auditores	24
3.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO	25
3.3.1 Itinerário	26
3.3.2 Avaliação do sistema de manejo	30
3.3.3 Seleção das Fazendas Avaliadas	31
3.3.4 Sítios Visitados.....	31
3.3.5 Consultas às Lideranças Locais (Stakeholder)	31

3.3.5.1	Modelo - Consulta Pública do CONPACEL.....	33
3.3.5.2	Modelo - Questionário de Consulta Pública do CONPACEL	35
3.3.5.3	Resumo das preocupações públicas e respostas dadas pela equipe.....	36
3.3.6	– Outras Técnicas de Avaliação	36
3.4	– TEMPO TOTAL GASTO NA AUDITORIA	36
3.5	– PROCESSO DE DETERMINAÇÃO DAS CONFORMIDADES	37
4.0	– RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	37
4.1	- Principais Pontos Fortes e Fracos de Desempenho do CONPACEL em relação aos P&C do FSC.....	38
4.2	Pré-condicionantes ou CAR Maiores.....	46
5.0	– DECISÃO SOBRE A CERTIFICAÇÃO	49
5.1	– RECOMENDAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO	49
5.2	– AÇÕES CORRETIVAS REQUERIDAS (CAR) INICIAIS.....	49
6.0	– AVALIAÇÕES DE MONITORAMENTO.....	51
7.0	RESUMO DOS PROCEDIMENTOS DA SCS EM RELAÇÃO A INVESTIGAÇÕES DE QUEIXAS.....	51
SEÇÃO B	– RESULTADOS DETALHADOS DA AVALIAÇÃO COMPLETA	55
1.0	- OBSERVAÇÕES DETALHADAS DE CONFORMIDADES	55
	PRINCÍPIO 01: OBEDIÊNCIA ÀS LEIS E AOS PRINCÍPIOS DO FSC	55
	PRINCÍPIO 02: DIREITOS E RESPONSABILIDADES DE POSSE E USO DA TERRA....	55
	PRINCÍPIO 03: DIREITOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	55
	PRINCÍPIO 04: RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E DIREITOS DOS TRABALHADORES	55
	PRINCÍPIO 05: BENEFÍCIOS DA FLORESTA	55
	PRINCÍPIO 06: IMPACTO AMBIENTAL	55
	PRINCÍPIO 07: PLANO DE MANEJO	55
	PRINCÍPIO 08: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	55
	PRINCÍPIO 09: MANUTENÇÃO DE FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO	55
	PRINCÍPIO 10: PLANTAÇÕES FLORESTAIS.....	55
2.0	– SITUAÇÕES CONTROVERSAS	55
3.0	- ANEXOS.....	55
	ANEXO 1 - Acordo para a Implementação das Condicionantes da Certificação	55
	ANEXO 2 – Partes interessadas – Grupos e indivíduos	55
2.1	Lista das instituições consultadas.....	55
2.2	Lista de participantes nas reuniões públicas.....	55

2.3 Lista de entidades entrevistadas durante o processo de avaliação

PREFÁCIO

Em 1958, o grupo ZDZ (Zogbi, Derani e Zarzur) adquiriu a Fábrica de Cartão de Limeira e, nos anos 1960, a Fábrica de Celulose e Cartão Ribeiro Prada (Limeira) e a Cia. Santista de Papel (Cubatão), consolidando o nome Ripasa. Esta empresa constituía um complexo industrial com quatro unidades, localizadas no Estado de São Paulo, e possuía um patrimônio de 90 milhões de árvores plantadas em oito parques florestais, totalizando 86.000 hectares de terras, sendo 16.000 ha de reservas naturais destinadas à preservação permanente.

Em 2004, a Ripasa configurava-se como a quinta maior empresa do setor, no Brasil, e atuava de modo expressivo no mercado internacional, com ênfase no Mercosul, além de manter negócios regulares com os mercados da América Central e do Norte, Europa, Ásia e África. Em novembro desse ano, esta empresa foi adquirida conjuntamente pela Suzano Papel e Celulose S.A. e a Votorantim Celulose e Papel S.A. Em setembro de 2008, consolidou-se o CONSÓRCIO PAULISTA DE PAPEL E CELULOSE – CONPACEL.

A SCS – Scientific Certification Systems, certificadora credenciada pelo FSC – Forest Stewardship Council - foi contratada pelo CONPACEL para realizar uma avaliação de re-certificação parcial de suas florestas, localizadas nas regiões (Parques Florestais) de: São Simão, Ibaté, Boa Esperança do Sul, Itirapina, Lençóis Paulista, Avaré, Itararé e Anhembi, no Estado de São Paulo. Sob a coordenação da Região de Itararé, estão incluídas as fazendas Tucunduva e Várzea, localizadas nos municípios de Sengés e Jaguariaiva, respectivamente, no Estado do Paraná. As áreas certificadas pelo FSC, localizadas nas fazendas dessas regiões, totalizam 82.603,26 hectares, sendo 57.309,74 ha com plantios de eucalipto, 21.402,48 ha destinados à conservação de ecossistemas naturais (APP e RL) e 3.891,04 ha de infra-estrutura.

A equipe multidisciplinar de especialistas em recursos naturais coletou e analisou material documentado, realizou consulta pública através de questionários e reunião pública, conduziu entrevistas, realizou auditorias de campo e de escritório durante cinco dias, nas propriedades requeridas para a avaliação de certificação. Depois de finalizada a fase de coleta de dados, a equipe concluiu que a empresa cumpre os Princípios e Critérios do FSC, de modo a recomendar a certificação.

Este relatório tem como objetivo apoiar a recomendação da certificação FSC para o manejo das plantações florestais do CONPACEL nos Estados de São Paulo e Paraná. Após a avaliação completa do manejo desenvolvido pela empresa, a equipe de auditores definiu algumas pré-condicionantes (condições que deverão ser resolvidas ou adequadas antes da finalização do relatório de auditoria). Essas foram entregues à empresa e cumpridas em sua totalidade, conforme verificação da SCS. Caso a certificação seja concedida, a certificadora deverá colocar este resumo público na página WEB da SCS (www.scscertified.com).

SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO E INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.0 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 DADOS REQUERIDOS PELO FSC

Empresa	CONPACEL – Consórcio Paulista de Papel e Celulose
Contato:	Rogério Salamuni – Superintendente Florestal
Endereço:	Bairro do Lageado s/nº, Limeira, SP, CEP: 13465-970. Caixa Postal 254, Americana, Estado de São Paulo, BRASIL
Telefone	+ 55 (19) 2108-3455
Fax	+ 55 (19) 2108-3455

Email	salamuni@conpacel.com.br
WEB	www.conpacel.com.br
Tipo de certificação	Um único plano de manejo (UMF).
Número de UMF	1
Número de fazendas de avaliação com menos de 100 ha	6
De 100 a 1.000 ha	39
De 1.000 a 10.000 ha	20
Mais de 10.000 ha	1
Localização das florestas a serem certificadas	
UTM N	7.314.985,98 a 7.686.780,43
UTM E	188.597,11 a 805.156,26
Região florestal	Transecto nordeste-sudoeste cortando a Região Central do Estado de São Paulo e Norte do Paraná
Área florestal total da avaliação incluída na UMF	82.603,26 ha
Com menos de 100 ha	388,86 ha
De 100 a 1.000 ha	20.461,22 ha
De 1.000 a 10.000 ha	50.512,11 ha
Com mais de 10.000 ha	11.241,07 ha
Posse da terra	Particular (91,42 %)
Número de trabalhadores florestais (incluindo terceiros) que atuam na área certificada	74 trabalhadores próprios e 1.544 trabalhadores de terceiros
Lista de agrotóxicos empregados na UMF	Glifosato, Isoxaflutol, Sulfluramida*, Fipronil* e Deltametrina*.
Área de proteção florestal, protegidas das atividades de colheita florestal e manejadas preferencialmente para conservação.	21.402,48 ha
Área florestal definida como Floresta de Alto Valor de Conservação	4.5537,48 ha

Atributos de alto valor de conservação presentes	Nascente do rio Três Barras, na Fazenda Ibiti, responsável pelo abastecimento da cidade de Itararé - SP.
Área florestal produtiva	57.309,74 ha
Área florestal produtiva classificada como “plantações” para cálculo da Taxa Anual de Acreditação (AAF)	57.309,74 ha
Lista das madeiras comerciais incluídas na avaliação (nome botânico e comum)	Eucalipto (<i>Eucalyptus</i> spp.), híbridos interespecíficos de eucalipto (<i>E. grandis</i> , <i>E. saligna</i> , <i>E. camaldulensis</i> e <i>E. urophylla</i>)
Volume anual aproximado autorizado para colheita	2.850.000 m ³ de madeira sem casca/ano
Categorias de produtos certificados conjuntamente FM/COC e, portanto, possíveis de serem vendidos como produtos FSC	Toras e resíduos florestais de eucalipto.

*produtos sob derrogação

1.2 CONTEXTO DO MANEJO FLORESTAL

O Consórcio Paulista de Papel e Celulose produz celulose e papel de eucalipto em sua indústria sediada no Bairro do Lageado s/nº, Limeira, Estado de São Paulo. Ele é controlado pelas companhias Suzano Papel e Celulose e a Votorantim Celulose e Papel, e destina sua produção para os mercados tanto interno quanto externo. O manejo de plantações florestais desenvolvido pelo CONPACEL, em suas bases físicas, distribuídas nos Estados de São Paulo e Paraná, segue as normas e legislações nacionais e estaduais pertinentes à atividade. São seguidas as seguintes principais regulamentações como:

Na esfera federal:

- a. Código Florestal Brasileiro (Lei 4771/65, alterado pela Lei 7803/89);
- b. Medida Provisória nº 2.166-67, de 24/08/2001, que altera a Lei 4.771/65 (Código Florestal);
- c. Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000).

Na esfera estadual:

- a. Portaria 17 do DEPRN (São Paulo), de 30/03/98 (estabelece a documentação inicial e os procedimentos para o licenciamento da atividade no órgão);

- b. Emissão de Notas Fiscais, quando da comercialização de produtos.

Na esfera municipal:

- a. Recolhimentos do ISSQN, quando da utilização de serviços por parte de terceiros.

Além disso, são obrigatórios todos os recolhimentos trabalhistas, na esfera federal, que incluem:

- a. Recolhimentos previdenciários;
- b. Recolhimentos para o FGTS;
- c. Recolhimentos aos órgãos corporativos (Contribuição Sindical).

1.2.1 Contexto ambiental

As florestas do Conpacel, objeto da certificação, estão distribuídas por 52 municípios, abrangendo os Estados de São Paulo e Paraná (Figura 1). A região de atuação estende-se pelo eixo nordeste-sudoeste do Estado de São Paulo, até dois municípios no norte do Paraná. Nessas regiões, predominam os solos dos tipos Latossolo e Argissolo, com grande variação de textura, profundidade e fertilidade, incluindo, também, areias quartzosas. De maneira geral, o clima é caracterizado como subtropical úmido com estação seca nos meses de maio a julho, sendo janeiro e fevereiro os meses de maior precipitação.

As atividades florestais são desenvolvidas por regiões, constituindo oito Parques Florestais, cada um deles agrupando as fazendas dos municípios circunvizinhos:

- a) Anhembi – a região de Anhembi está a 480 m de altitude, onde predominam os solos do tipo Argissolo Vermelho Amarelo Distrófico, ocorrendo, também, o Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico. O clima é do tipo Aw, pelo sistema de classificação climática de Koeppen, com temperatura média anual de 22,3° C e precipitação média anual de 1.307 mm.;
- b) Avaré – esta região está a 780 m de altitude e os solos predominantes são o Latossolo Vermelho Distrófico. Outros tipos de solo presentes são o Latossolo Vermelho Eutrófico e o Argissolo Vermelho Distrófico. O clima é do tipo Cwa, com temperatura média anual de 20,6° C e precipitação média anual de 1.388 mm;
- c) Boa Esperança do Sul – a 490 m de altitude, esta região apresenta um clima do tipo Aw, com temperatura média anual de 22,7° C e precipitação média anual de 1.300 mm. Os solos predominantes são o Latossolo Vermelho Distrófico e Distroférico;
- d) Ibaté – localizada a 838 m de altitude, esta região apresenta clima do tipo Cwa, com temperatura média anual de 20,4° C e precipitação média anual de 1.501 mm. Os solos predominantes são o Latossolo Vermelho Distroférico e o Latossolo Vermelho Distrófico;

- e) Itararé – esta região está a 740 m de altitude e abrange parte do Estado do Paraná. O clima é do tipo Cfa, com temperatura média anual de 19,4° C e precipitação média anual de 1.414 mm. Ocorre uma grande diversidade de tipos de solo, incluindo, desde Latossolo Vermelho Distrófico e o Argissolo Vermelho Distrófico e Eutrófico, até Alissolo Crômico Argilúvico, Cambissolo Háptico com argila de atividade baixa e Neossolo Litólico Distrófico;
- f) Itirapina – localizada a 760 m de altitude, esta região apresenta o tipo climático Cwa, com temperatura média anual de 20,8° C e precipitação média anual de 1.450 mm. Os solos são predominantemente Argissolo Vermelho Amarelo. Porém, ocorrem grandes extensões de Neossolo Quartzarênico e, também, Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico;

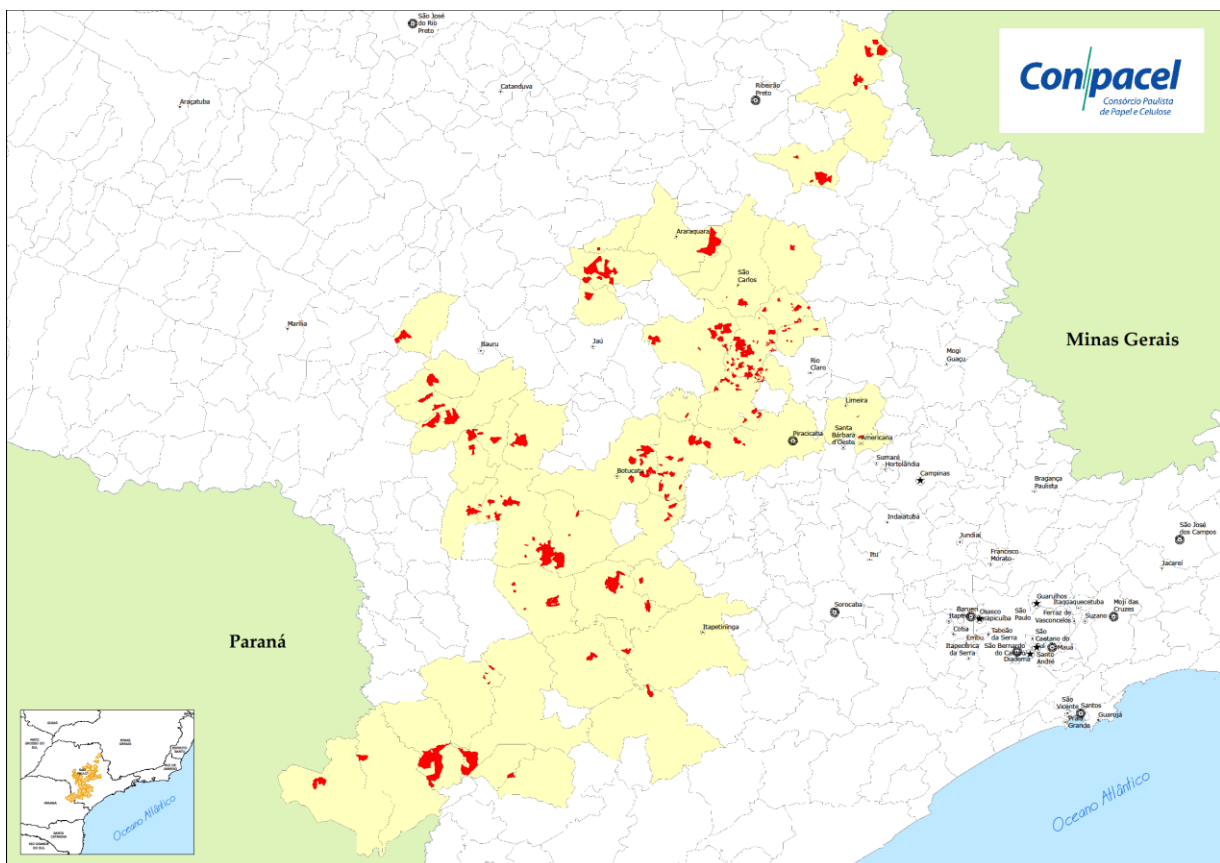


Figura 1. Municípios onde se desenvolvem as atividades florestais do CONPACEL.

- g) Lençóis Paulista – esta região localiza-se a 560 m de altitude e apresenta clima do tipo Aw, com temperatura média anual de 21,8° C e precipitação média anual de 1.314 mm. Os solos são predominantemente Latossolo Vermelho Distrófico, ocorrendo, também, o Argissolo Vermelho Distrófico e o Latossolo Vermelho Eutrófico;

- h) São Simão – localizada a 620 m de altitude, apresenta temperatura média anual de 22,9° C e precipitação média anual de 1.470 mm. O tipo climático da região é Aw e os solos predominantes são dos tipos Latossolo Vermelho Distroférico e Latossolo Vermelho Distrófico.

No aspecto da vegetação, essas regiões estão inseridas em uma zona de tensão ecológica caracterizada pelo contato entre dois tipos básicos que são a Floresta Estacional Semidecidual e o Cerrado. Incluem-se, também, a Mata Mesófila e várias fitofisionomias de Cerrado (Cerradão, Cerrado e Campo cerrado). Por serem domínios vegetacionais de alta diversidade (“hotspots”) e ameaçados, todos os remanescentes da vegetação natural, mesmo tendo sofrido interferência antrópica, são considerados importantes para conservação.

Nessas regiões, como em todo o Estado, as conseqüências ambientais do processo de desenvolvimento econômico ocasionaram uma grande alteração na paisagem natural. As formações vegetais que revestiam 81,8 % do Estado, antes da ocupação antrópica em grande escala (por volta de 1920), reduziram-se para 13,4 % em 1993 e, atualmente, deve estar ainda mais reduzida. A destruição de habitat da fauna local resultou em impactos significativos para as espécies animais associadas a cada formação florestal. Na maior parte do interior do Estado, restam apenas paisagens com remanescentes florestais extremamente fragmentados. Somente na área da Mata Atlântica da Serra do Mar restam algumas áreas contínuas de floresta, com relativa integridade ecológica.

1.2.2 Contexto sócio-econômico

As áreas certificadas do CONPACEL, que se distribuem ao longo do eixo nordeste-sudoeste do Estado de São Paulo, abrangem uma região sob influência dos principais centros urbanos do interior paulista, representados por Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos, Bauru e Botucatu. A economia dessa região está fortemente apoiada na agroindústria sucro-alcooleira, na pecuária, na fruticultura e na silvicultura intensiva para produção de celulose e papel de fibra curta. Até algumas décadas passadas, as atividades econômicas mais importantes eram a cafeicultura e a pecuária bovina. Porém, com a retração dessas atividades na região, as produções de laranja, cana-de-açúcar e eucalipto se expandiram, valorizando o uso da terra com a geração de produtos de alto valor agregado em áreas sub-utilizadas pelo manejo inadequado do solo (abandono de cafezais e degradação das pastagens).

Outros segmentos da economia, também, estão presentes, como as indústrias de papel e celulose, produtos da madeira (chapas MDF, HDF, MDP e chapas laminadas), indústrias mecânicas e têxteis, serviços de transporte, logística e comércio em geral. Devido à presença de várias empresas florestais na região, esse segmento produtivo representa um dos mais importantes geradores de postos de trabalho para as populações locais. Nessa região, concentram-se, também, importantes pólos educacionais, com a presença de diversas universidades e escolas profissionalizantes.

Anualmente, o Conpacel realiza levantamento de indicadores socioeconômicos em todos os municípios onde possui unidades. Essas informações permitem a visualização do perfil das regiões onde o Conpacel opera e possibilita estabelecer investimentos de forma planejada e

consistente.

Embora os levantamentos socioeconômicos envolvam todas as áreas de atuação do Conpacel, o relacionamento do Consórcio com a comunidade concentra-se em 13 municípios que representam 63% das áreas plantadas do Conpacel. O restante está distribuído nos demais locais em que o Consórcio atua. Do valor investido em ISS (Imposto Sobre Serviço) pelo Conpacel em 2008, 77% foram destinados a esses municípios, totalizando R\$ 1.515.423,00.

A média de ocupação urbana nos 13 municípios levantados é de 85%. A principal atividade econômica é a agricultura, mas o eucalipto, também, tem representação significativa nestas economias. A relevância da região industrial constatada em alguns municípios contribui com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, que apresenta média de 0,78, indicando que a região encontra-se em nível médio de desenvolvimento humano. O nível de analfabetismo nestes municípios é de 10%, que é maior que a média do Estado de São Paulo (5,6%). Com base no Índice Paulista de Responsabilidade Social, os indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade estão desfavorecidos nestes municípios. Os municípios que apresentam este indicador favorável têm a indústria como um dos pilares da economia.

Dentre os municípios sedes dos Parques Florestais, Lençóis Paulista apresenta o maior IDH (índice de desenvolvimento humano), da ordem de 0,81. Isso é de alta relevância, visto que esse é, também, um dos municípios mais populosos, com 62.033 habitantes, depois de Avaré que tem 86.817 habitantes e IDH de 0,80. Outro município com esse mesmo IDH é São Simão, que tem apenas 14.955 habitantes. O menor IDH, dentre esses municípios, é de Itararé (0,73), apesar de ter 50.813 habitantes. Para o desenvolvimento sócio-econômico deste município, a responsabilidade social do CONPACEL assume um peso importante, visto que não há atividade industrial significativa e seus plantios de eucalipto cobrem 10.346 ha, representando 12,5% dos plantios do consórcio e, 10,3 % da superfície territorial do município.

O CONPACEL mantém uma constante interação com as comunidades, representadas pelos seus funcionários, as empresas prestadoras de serviços e seus respectivos funcionários, o poder público, as comunidades do entorno, as organizações não governamentais, a imprensa e outros. Essa interação é assegurada através de diversos instrumentos (Tabela 1) e constitui um fator fundamental para uma coexistência pacífica e mutuamente benéfica.

Tabela 1. Instrumentos de comunicação do CONPACEL com as comunidades.

Canais de Comunicação	Descrição
Tecla [C]	Portal digital na intranet para divulgação de notícias institucionais.
E-mail para comunicação interna	Envio de breves informativos institucionais.
Campanhas internas	Materiais de comunicação (<i>banners</i> , cartazes, faixas, cartilhas) para divulgar e conscientizar sobre as políticas do

	Consórcio.
Vídeo Integração de Segurança	Informações institucionais e orientações sobre segurança exibidas na integração de colaboradores.
TV Conpacel	Vídeo jornal exibido mensalmente, com informações institucionais, por meio de depoimentos.
LiNCp – Linha de compromisso com a prevenção	Para registro de incidentes relacionados à qualidade, meio ambiente, segurança, saúde ocupacional e manejo florestal. As situações são analisadas e, quando pertinentes, solucionadas.
CAPI – Canal aberto com partes interessadas	Para registro de reclamações sobre aspectos operacionais do Conpacel. As reclamações são analisadas e os solicitantes recebem as respostas.
Site Conpacel	Página na internet com informações institucionais www.conpacel.com.br .
Site Prosperar	Página na internet que disponibiliza informações sobre o Programa de Fomento Florestal Conpacel PROSPERAR www.conpacel.com.br/prosperar .
Alerta Verde	Para prevenir incêndios nos Parques Florestais do Conpacel e vegetações vizinhas. São realizados eventos direcionados às comunidades vizinhas para oferecer orientações sobre prevenção de incêndios florestais e distribuir <i>kits</i> contendo materiais informativos, inclusive o número do telefone do Consórcio para acionamento em caso de incêndio: 0800-771-1418.
Vizinhança Protegida	Para prevenir situações de risco, proteger animais, plantações e mananciais hídricos. Havendo necessidade de alguma ação no Conpacel que possa afetar as propriedades vizinhas de suas fazendas, o Consórcio alerta a todos, antecipadamente.
Audiência Pública	Reunião a cada 5 anos para verificar a satisfação da comunidade quanto ao relacionamento do Conpacel com a sociedade.
Canais de Denúncia do Código de Conduta	O Código de Conduta oferece diretrizes de comportamento para a equipe do Conpacel. As denúncias, dúvidas, críticas e sugestões podem ser feitas por carta, e-mail ou pelo telefone 0800-725-3110.
Assessoria de Imprensa	Envio de informações por meio de <i>Press releases</i> e atendimento a solicitações jornalísticas de veículos de comunicação.
Eventos de Relacionamento	Realização de eventos para divulgação de programas institucionais de interesse público.

O estreito relacionamento do Consórcio com as comunidades no entorno dos Parques Florestais fortalece a base de seu desenvolvimento com foco na perenidade dos negócios. Neste cenário, o CONPACEL tem uma participação ativa, visando ao desenvolvimento sócio-econômico da região.

Além de estimular a economia local com a geração indireta de empregos nos setores de hotelaria, turismo ecológico, produtos, serviços e outros setores, este Consórcio mantém os seguintes programas:

- a) “Conhecer para Preservar” – atuando desde 1987, já recebeu a visita de mais de 100.000 alunos da rede pública de ensino em visitação às trilhas ecológicas na Fazenda Fortaleza, em Ibaté, e Fazenda Ibiti, em Itararé, ambas no estado de São Paulo. A iniciativa visa despertar o interesse dos jovens por uma atitude responsável com o meio ambiente, demonstrando a relação entre respeito à natureza, cidadania e qualidade de vida;
- b) “Telecurso 2000” – nas regiões de Ibaté e Itararé, onde os níveis de analfabetismo são os mais altos (9,6 % e 9,2 %, respectivamente, considerando-se que a média do Estado de São Paulo é de 5,6 %) educadores especializados, sob supervisão do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), são ministradas aulas para a formação escolar supletiva, tanto de funcionários de empresas terceirizadas e seus dependentes quanto das comunidades locais. De 2002 até 2008, 428 pessoas já concluíram o curso e receberam seus diplomas. No momento, outros 150 estudantes estão em sala de aula;
- c) “Parceria Solidária” – são mantidos contratos de arrendamento de suas áreas com apicultores e pecuaristas locais, destinando o valor financeiro dessa parceria diretamente a projetos e iniciativas de cunho social, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento em toda região. De 2004 a 2008, 18 municípios foram beneficiados com esse programa.
- d) “Prosperar” - por meio deste programa de fomento florestal, o CONPACEL incentiva e apóia a produção de eucalipto por pequenos e médios produtores rurais localizados próximos aos Parques Florestais. Isso possibilita a diversificação da produção em suas propriedades e o aumento das receitas de suas terras. Desde sua implantação, este programa já beneficiou mais de 150 produtores parceiros, totalizando mais de 6.600 ha de plantios de eucalipto.

Em toda a região de atuação do CONPACEL, a posse das áreas é mansa e pacífica, não se verificando qualquer problema com movimentos sociais radicais. Não existe nenhuma comunidade tradicional ou indígena em toda a área abrangida pelas operações florestais deste consórcio ou em áreas adjacentes.

1.3 MANEJO FLORESTAL DA EMPRESA

O Conpacel tem identificado os fatores que afetam a produção, principalmente os relacionados com a disponibilidade de água, luz e nutrientes no crescimento e na produção florestal. Para aumentar e manter a produtividade, em sucessivas rotações, o Consórcio

investe na busca de conhecimentos aprofundados destes fatores e dos impactos causados ao meio ambiente, que são controlados.

A utilização de técnicas silviculturais apropriadas, aliada ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, tem proporcionado melhorias significativas nas atividades florestais. Essas melhorias são observadas nos resultados dos monitoramentos realizados pelo Consórcio. Os procedimentos operacionais são definidos para todas as atividades do manejo florestal, sempre visando à redução de custos e ao respeito aos aspectos sociais e ambientais como base para o seu desenvolvimento florestal.

1.3.1 Uso do solo

As atividades do Conpacel estão direcionadas ao abastecimento da sua indústria de celulose e papel, localizada no município de Americana, Estado de São Paulo. Para gerar a matéria-prima requerida, plantios de eucalipto são manejados em regime de silvicultura intensiva de curta rotação, abrangendo um grande número de fazendas distribuídas pelo Estado de São Paulo e uma parte no Estado do Paraná. A maioria dessas fazendas está certificada pelo FSC, totalizando 82.603,26 ha, sendo a maior parte constituída de áreas próprias e só uma parte, correspondendo a 7.090,65 ha, é arrendada. As propriedades contempladas no escopo da certificação do FSC incluem 57.309,74 ha ocupados com plantios de eucalipto, 5.183,18 ha de Áreas de Preservação Permanente (APP), 16.219,30 ha de Reservas Legais (RL) e 3.891,04 ha com infra-estrutura. Todas as áreas de manejo encontram-se mapeadas e classificadas por tipo de uso do solo (plantios comerciais, áreas de conservação, estradas e outras finalidades).

1.3.2 Áreas fora do escopo de certificação

O CONPACEL opera, também, em áreas arrendadas somando 31.095,19 ha, onde 6.106,93 ha já estão certificados. Está sendo avaliada a possibilidade de certificar as demais áreas (24988,26 ha) ou parte delas. As áreas de fomento (6.194,96 ha) tampouco são certificadas e esse processo depende do interesse de seus proprietários.

1.3.3 Sistema de controle da origem, seguimento e identificação dos produtos da floresta

Nesse item, são descritos os procedimentos adotados pelo Conpacel, evidenciando os cuidados com os produtos obtidos desde o local de corte da árvore até a saída da madeira da fazenda. O requisito fundamental a ser demonstrado pelo responsável pelo manejo florestal, é de que não existe possibilidade de contaminação da madeira oriunda da área certificada com madeira não certificada. Este requisito é cumprido, atendendo os critérios da cadeia de custódia do FSC.

O Conpacel mantém um sistema de cadastro florestal que contempla todas as áreas florestais ao nível de talhões. As áreas a serem colhidas são definidas, previamente, pelo planejamento florestal e a operação de colheita segue procedimentos detalhados e controles informatizados, desde o corte até a saída de madeira das fazendas. Essas fazendas são cadastradas no sistema de controle geral e as notas fiscais de venda ou transporte da

madeira são emitidas via sistema e, automaticamente, verifica se a madeira é certificada ou não. Caso seja certificada, o próprio sistema insere o número do certificado e a declaração FSC. Na fábrica de celulose do CONPACEL, o sistema de certificação termina na chegada das toras, quando, novamente, o sistema verifica a procedência da madeira e a certificação.

1.4 PLANO DE MANEJO

1.4.1 Objetivos do manejo

O manejo florestal do Conpacel é implementado, em todos os aspectos, para assegurar a sustentabilidade e a competitividade do empreendimento, garantindo o cumprimento das demandas projetadas, a produtividade florestal, a melhoria social, o retorno dos investimentos e a qualidade ambiental nas suas áreas de atuação ao longo do tempo. Além do compromisso com a qualidade dos produtos que fabrica, o Consórcio trabalha para que todos os avanços tecnológicos obtidos transformem-se em elementos adicionais de integração com as comunidades com as quais se relaciona.

O manejo florestal sustentável trata do estudo, do desenvolvimento e da aplicação de técnicas modernas de condução de plantios florestais, visando à qualidade e à produtividade de madeira, em equilíbrio com o desenvolvimento econômico e a manutenção dos recursos naturais. Seus objetivos principais são:

- 1 Suprir a unidade industrial com matéria-prima para produção de celulose e papel para diversos fins;
- 2 Desenvolver florestas sustentáveis de eucalipto e com alto nível de produtividade;
- 3 Controlar e minimizar os impactos ambientais inerentes às atividades florestais e contribuir para a preservação ambiental;
- 4 Proporcionar aos colaboradores ambiente de trabalho seguro e saudável;
- 5 Contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde opera.

1.4.2 Composição da UMF (Unidade de Manejo Florestal)

As áreas do Conpacel, consideradas no escopo da certificação FSC, são compostas por 65 imóveis (Tabela 2) distribuídos, em sua maioria, no Estado de São Paulo e uma pequena parte no norte do Estado do Paraná.

Tabela 2. Imóveis do CONPACEL com manejo certificado e usos das áreas.

Fazenda	Áreas (ha)				Total
	Plantio	APP	RL	IE*	
Morro do Forno	789,20	107,27	242,54	106,69	1.245,70
Santa Genoveva	2.127,23	108,36	540,91	86,85	2.863,35

Lagoa Rica	1.651,22	198,60	819,50	127,18	2.796,50
Jaborandi	337,83	0,00	79,63	15,37	432,83
Antônio Justino	36,08	0,00	1,28	2,79	40,15
Subtotal	4.941,56	414,23	1.683,86	338,88	7.378,53
Fortaleza	3.411,50	87,87	744,34	161,92	4.405,63
Horto Descalvado	254,17	6,07	64,14	38,52	362,90
Horto S. Carlos	518,62	0,21	310,51	150,95	980,29
Fazenda Bom Retiro	956,97	20,48	179,75	32,27	1.189,47
Subtotal	5.141,26	114,63	1.298,74	383,66	6.938,29
Flecha Azul	5.863,68	155,97	758,98	302,86	7.081,49
Currálinho	812,49	14,93	143,16	24,64	995,22
Subtotal	6.676,17	170,90	902,14	327,50	8.076,71
	Áreas (ha)				
Fazenda	Plantio	APP	RL	IE*	Total
Morro Grande	85,47	16,24	11,86	7,85	121,42
Morro Pequeno	18,26	0,00	8,70	0,87	27,83
Sinimbu	771,43	25,19	100,15	80,96	977,73
Monte Alto	98,27	0,00	0,00	0,00	98,27
Siriema I	914,31	42,80	408,22	194,59	1.559,92
Siriema II	406,61	0,00	0,00	0,00	406,61
Goiabal	359,34	19,55	86,30	18,60	483,79
Saligna	823,15	7,24	89,05	53,06	972,50
Sapoti	1.364,02	24,37	153,60	83,74	1.625,73
Monjolinho	213,70	97,24	300,96	20,66	632,56
Subtotal	5.054,56	232,63	1.158,84	460,33	6.906,36
Ideal	901,56	29,97	95,61	51,16	1.078,30
N. S. Penha	2.113,63	63,17	222,97	63,38	2.463,15
Turvo III (Lex)	711,09	48,08	159,81	43,01	961,99
Globo I (Suína)	2.095,12	112,22	473,78	163,94	2.845,06
Horto Brasília	1.375,01	71,24	344,27	64,67	1.855,19
Maria Cristina	108,71	4,19	18,78	12,90	144,58
Turvo I	567,38	35,70	54,24	50,22	707,54
Sítio Jamaica	154,36	14,41	54,37	11,81	234,95
Estrela	247,96	19,02	137,15	12,28	416,41
Espadilha	300,02	24,47	340,93	12,18	677,60
Querência	1.720,67	55,79	313,72	94,03	2.184,21
Caraguatá	65,27	4,72	29,90	1,75	101,64
Novo Estilo	552,00	66,48	166,95	36,45	821,88
Sítio Corte	20,50	2,10	22,27	0,99	45,86
Sítio Paccola	36,65	9,34	72,83	9,50	128,32
N. S. Aparecida	78,79	5,31	15,30	6,21	105,61

Coco Doce	1.108,11	77,97	464,64	97,02	1.747,74
Subtotal	12.156,83	644,18	2.987,52	731,50	16.520,03
Regina	420,86	35,37	234,99	45,74	736,96
Guarujá	3.669,61	238,49	604,09	152,07	4.664,26
Beira Rio	177,81	8,37	20,79	5,48	212,45
Ouro Branco	307,03	18,02	2,11	55,74	382,9
Santa Terezinha	388,56	31,19	70,56	16,65	506,96
Sto. Antônio das Corujas	390,98	49,94	91,43	63,99	596,34
Horto Cavalinho	104,89	4,92	41,13	4,40	155,34
Horto Fertiplan	246,89	9,93	6,98	11,58	275,38
Escaramuça	181,28	16,83	2,22	9,12	209,45
Daisy	243,28	66,19	125,95	23,70	459,12
	Áreas (ha)				
Fazenda	Plantio	APP	RL	IE*	Total
Eldorado	108,54	34,30	100,07	19,07	261,98
Sítio Alvorada	53,23	7,75	10,51	5,94	77,43
Sítio Capuavinha	61,35	12,54	18,19	7,24	99,32
Sítio Céu	69,75	17,21	27,26	6,32	120,54
Subtotal	6.424,06	551,05	1.356,28	427,04	8.758,43
Taquari	109,34	66,86	307,01	21,06	504,27
Tucunduva (PR)	598,64	78,90	206,95	38,58	923,07
Ibiti	6.942,80	1.189,93	2.678,21	430,13	11.241,07
Santa Isabel	3.403,36	949,25	1.033,29	227,93	5.613,83
Várzea (PR)	793,28	213,44	596,95	106,43	1.710,10
Echaporã	493,02	78,39	140,54	67,56	779,51
São Rafael	408,76	157,12	290,98	34,95	891,81
Subtotal	12.749,20	2.733,89	5.253,93	926,64	21.663,66
Embaúba	543,41	97,29	316,95	32,05	989,70
Califórnia	145,22	21,20	250,82	12,69	429,93
Três Pinheiros	523,78	31,48	202,33	41,05	798,64
Santa Ângela	1.115,21	83,21	412,83	111,55	1.722,80
Descalvado	1.446,04	53,68	282,14	77,82	1.859,68
Carangola	392,44	34,81	112,92	20,33	560,50
Subtotal	4.166,10	321,67	1.577,99	295,49	6.361,25
TOTAL	57.309,74	5.183,18	16.219,30	3.891,04	82.603,26

*IE = infra-estrutura; Base de dados: 09/02/2009.

1.4.3 Sistema silvicultural

O sistema silvicultural adotado pelo Conpacel é o de plantio homogêneo, em sua maioria, com clones de genótipos selecionados. Tendo em vista que, mesmo dentro da área de abrangência de suas operações, ocorrem variações ambientais importantes que podem restringir a produtividade do material genético em uso, o Conpacel faz uso das variabilidades específicas, interespecíficas e clonais dos eucaliptos.

Os materiais genéticos são avaliados quanto à produtividade de madeira, fitossanidade, resistência às adversidades climáticas e bióticas, qualidade de fuste e rendimento em celulose, para cada situação ecológica, levando em consideração os locais de seleção e do seu uso em plantios comerciais. Por exemplo, nas partes central e norte do Estado de São Paulo, ocorrem períodos com déficit hídrico, enquanto que, na parte sul, incluindo o norte do Estado do Paraná, é freqüente a ocorrência de geadas. Da mesma forma, variações nas características do solo são substanciais. Embora a maior parte dos solos seja profunda, com baixa capacidade de troca catiônica, existem, também, importantes extensões caracterizadas como areia quartzosa, com baixa capacidade de retenção de umidade e nutrientes. Ocorrem, também, solos de alta fertilidade natural, onde se conseguem altas produtividades. Na parte sul, é freqüente a ocorrência de solos rasos, litólicos, com afloramentos rochosos.

As principais espécies utilizadas pelo Conpacel são *Eucalyptus grandis* e *E. urophylla*, assim como as inúmeras combinações de híbridos entre árvores individuais selecionadas de cada uma dessas espécies, para uso comercial, mediante propagação vegetativa por enraizamento de estacas em grande escala. Outras espécies que contribuem para ampliar a base genética são *E. camaldulensis* e *E. saligna*, sendo utilizadas na geração de híbridos interespecíficos, com alta capacidade produtiva, em condições ecológicas específicas.

O Consórcio mantém um forte programa de melhoramento genético que gera, continuamente, novos genótipos superiores para clonagem após testes em diferentes condições ecológicas. Assim, mantém-se a variabilidade entre clones plantados em grande escala, formando uma base genética segura e produtiva que é renovada anualmente. Visando maximizar a expressão dos genótipos desenvolvidos, em termos de produtividade de madeira, outras pesquisas, além do melhoramento genético, são desenvolvidas nas linhas de: a) nutrição florestal com macro- e micro-nutrientes; e b) monitoramento de incidência e minimização do impacto das pragas e doenças nos plantios florestais.

1.4.4 Sistema de manejo

O estabelecimento dos povoamentos de eucalipto envolve as etapas de preparo do solo, adubação, controle de formiga, controle da mato-competição, plantio e irrigação. O plantio é feito com uso de gel hidratado para assegurar melhores condições de sobrevivência, além de reduzir o consumo de água na irrigação. Além disso, adota-se o cultivo mínimo, que consiste em deixar no solo os resíduos provenientes da colheita florestal. Estes resíduos, constituídos de galhos, folhas e ponteiros de árvores, atuam como agentes de proteção do solo e contribuem para a manutenção da sua fertilidade.

As cotas de plantio e colheita são determinadas em função do consumo da indústria e da capacidade de produção sustentável do Parque. Assim, a produção de madeira e a demanda de mão-de-obra são constantes, resultando em equilíbrio ambiental e social. O planejamento da produção florestal está fundamentado em um sistema de rotação de áreas e a colheita é feita somente em povoamentos com idades entre seis e sete anos. A

produtividade média das fazendas operadas pelo Conpacel é de 39 m³/ha.ano e a demanda anual de matéria-prima da indústria tem sido da ordem de 2.850.000 m³ de madeira.

A colheita é realizada mediante dois processos: o semi-mecanizado e o mecanizado. No processo semi-mecanizado, a derrubada das árvores e o traçamento são feitos com motosserras e o descascamento da madeira é realizado mecanicamente, com descascador anelar. A colheita mecanizada é efetuada com *harvesters* que executam a derrubada, o desgalhamento, o descascamento e o traçamento no mesmo local. Em ambos os processos de colheita, a remoção da madeira é feita com equipamento específico denominado *forwarder* ou autocarregável. O Conpacel está em fase de transição para o método de colheita inteiramente mecanizado, visando à maior eficiência e segurança na produção. Em alguns municípios, a transição está mais avançada do que em outros, em função da disponibilidade de mão-de-obra. Em todos os casos, essa transição é precedida de estudos para evitar ou minimizar possíveis impactos sociais negativos.

O planejamento das atividades florestais é feito considerando-se um horizonte de 21 anos, com colheita a cada período de sete anos. Todo o programa operacional, incluindo o plantio e a colheita, é realizado após simulações e revisões, buscando-se o melhor resultado do manejo da base florestal.

A malha viária necessária para o escoamento da produção de madeira, até chegar às rodovias oficiais, inclui 6.800 km de estradas próprias, construídas e mantidas pelo Conpacel, e 1.200 km de estradas municipais para cuja manutenção o Consórcio colabora com a administração dos respectivos municípios. Dessas ações, resultam condições adequadas e seguras de tráfego que beneficiam não só o Consórcio, mas, também, as comunidades localizadas no entorno dos Parques Florestais.

1.4.5 Sistema de monitoramento

O Conpacel mantém um sistema de monitoramento dos fatores determinantes da produtividade e sustentabilidade da produção florestal. Entre eles constam:

a) incêndios florestais

O Conpacel investe em ações de prevenção aos incêndios florestais através de:

- Campanhas institucionais e educativas como o **ALERTA VERDE**, implantado em 1995, com o objetivo de prevenir incêndios nos Parques Florestais e vegetações vizinhas. A equipe que atua na área florestal do Consórcio é preparada para combater focos de incêndio durante todo o ano, principalmente em períodos secos em que o risco de incêndio tende a aumentar.
- Treinamento de pessoal (PAE – Plano de Atendimento a Emergências) que atinge todos os funcionários próprios e de terceiros

Outros investimentos como a disponibilização de equipamentos e ferramentas de combate a incêndio, a renovação da frota de caminhões-pipa (um por parque), a instalação e manutenção de diversas torres de incêndios, o monitoramento do índice de perigo de incêndios, a sinalização e manutenção das “tomadas d’água”, mapeamento dos pontos críticos com maiores riscos de incêndio nas fazendas, além de um sistema de comunicação

por rádio, composto por várias repetidoras, desenvolvido para alcançar uma maior cobertura do sistema, são evidências da preocupação e do comprometimento da Empresa com a preservação do patrimônio florestal.

Historicamente, a ocorrência de incêndios vem reduzindo ao longo dos anos (Figura 2).

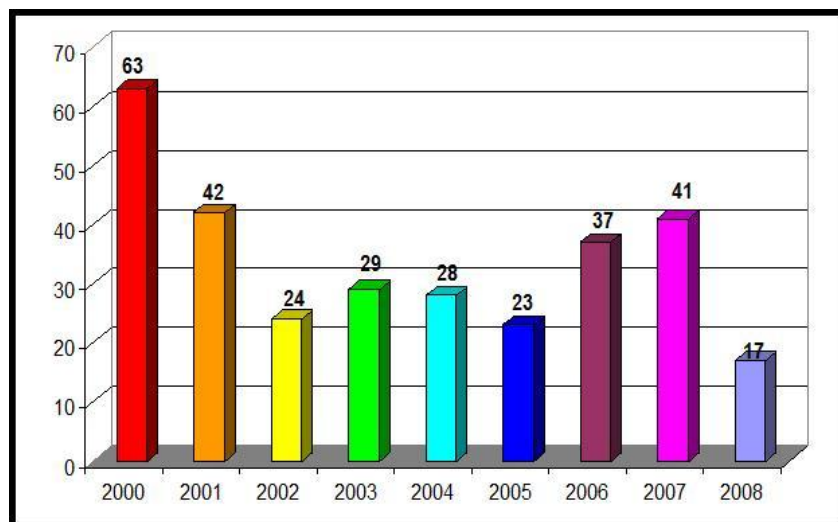


Figura 2. Ocorrência de incêndios florestais ao longo dos anos na UMF do Conpacel

b) fauna e flora

- Visualização de animais silvestres: registro de 22 mil visualizações de animais nas áreas de cultivo de eucalipto;
- Monitoramento da fauna em áreas de alto valor de conservação: registro fotográfico nos corredores florestais formados por áreas de mata nativa interligadas com florestas plantadas de eucalipto;
- Projeto Vertebrados: estuda, desde 2004, a utilização das áreas de florestas nativas e de eucalipto do Conpacel pelos animais silvestres;

c) impactos ambientais do manejo florestal

O Conpacel estabeleceu um sistema de gerenciamento ambiental, onde todos os impactos são identificados e registrados no software denominado **“Avaliação de Impactos Ambientais”**.

Com o sistema, já foram identificados, registrados e monitorados vários impactos.

Em 2009, fez-se uma revisão e avaliação desses impactos, classificando-os em 65 grupos de impactos, destacando-se como principais:

- alteração da qualidade do solo
- alteração na paisagem
- alteração do ambiente – ecossistema
- alteração do ambiente – erosão
- incômodo e desconforto

A empresa estabeleceu um plano de mitigação para cada um dos impactos identificados.

d) produtividade dos plantios

A empresa avalia e monitora o crescimento e a produtividade da floresta através de dois sistemas de Inventário Florestal: o inventário contínuo e o pré-corte. O **inventário contínuo** é constituído de uma seqüência de avaliações anuais, que visam ao acompanhamento do desenvolvimento das florestas durante seu ciclo de vida, possibilitando o conhecimento da situação real dos povoamentos florestais, tanto de forma qualitativa quanto quantitativa. É possível, também, conhecer o comportamento do crescimento de cada material genético nas várias regiões, classificar os sítios de maior ou menor produtividade e gerar curvas de projeções do crescimento e produção florestal. No **inventário pré-corte**, é realizada uma avaliação nas florestas que estão em ponto de corte, com o objetivo de subsidiar ações de curto prazo, como o programa anual de corte, de vital importância para o dimensionamento de mão-de-obra e equipamentos necessários para a realização do corte da floresta .

g) microbacias hidrográficas

A empresa realiza monitoramento de microbacia desde julho de 2007, em parceria com a ESALQ-USP e IPEF (Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais). O local selecionado é a microbacia da Fazenda Três Pinheiros, no Parque Florestal Anhembi, localizada no município de Anhembi, SP. O projeto consiste no monitoramento contínuo da precipitação, da vazão, das perdas de solo, dos nutrientes e, principalmente, da qualidade e quantidade de água, possibilitando a avaliação e minimização dos impactos ambientais do manejo aplicado nas florestas plantadas de eucalipto.

Destacam-se, ainda, os monitoramentos de:

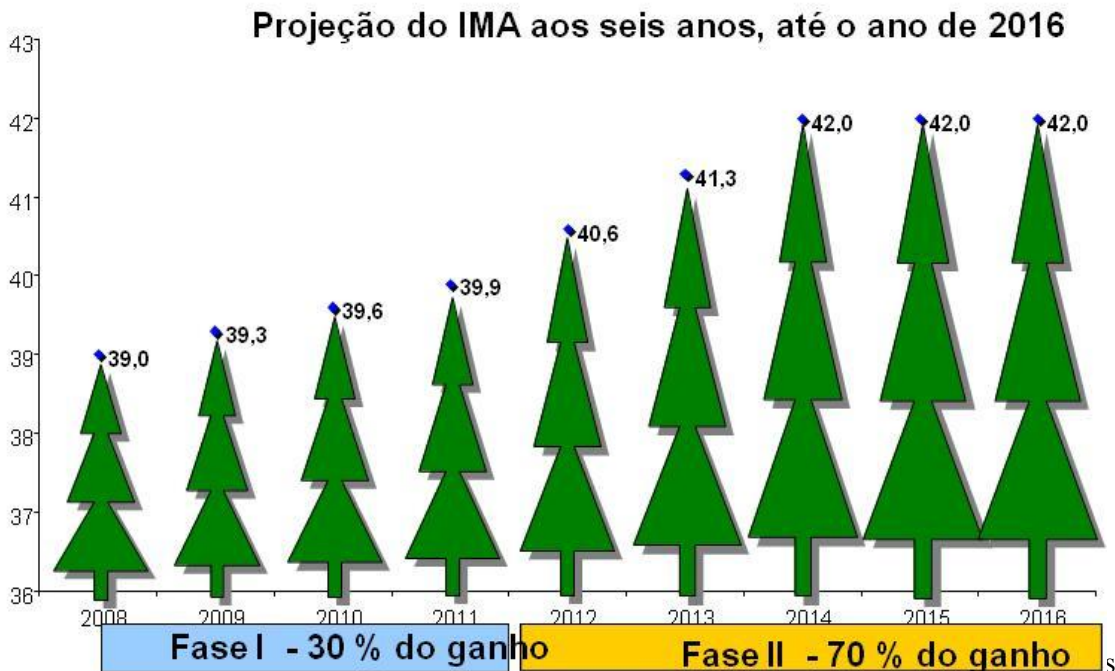
- Uso racional de pesticidas.
- Pragas e doenças (no viveiro e nos plantios).
 - ❖ Formigas cortadeiras.
 - ❖ *Costalimaita ferruginea* e algumas espécies de lagartas desfolhadoras.
 - ❖ Espécies invasoras
- Acidentes de trabalho
- Rotatividade de mão-de-obra.
- Cumprimento da legislação trabalhista e tributária pelas empresas prestadoras de serviço contratadas.
- Projeto de Educação Ambiental (trilha ecológica, visitação)
- Recuperação de áreas degradadas
- Rendimentos operacionais
- Qualidade do plantio de mudas (mecanizado, semi-mecanizado e manual)
- Rendimentos em produtos
- Impactos sociais
- Fertilidade do solo
- Estado nutricional das plantas
- Processos Erosivos
- Águas Superficiais e Subterrâneas
- Potabilidade da água

- Emissão de Gases de Combustão
- Ruído em Áreas Habitadas
- Gerenciamento de Resíduos
- Plano de Atendimento a Emergências
- Manutenção de Fazendas

1.4.6 Estimativa da máxima produção sustentada

Por meio de convênios firmados com instituições de pesquisa, universidades e especialistas em melhoramento, nutrição e manejo florestal, o Conpacel obtém o apoio necessário para cultivar florestas de maior produtividade em áreas proporcionalmente menores. Na busca pela combinação entre qualidade e produtividade, o Conpacel atua em diversas linhas de pesquisa, tais como: programa de melhoramento genético e desenvolvimento de árvores mais adaptadas às condições climáticas de cada região; programa nutricional de adequação e melhoria da fertilização, baseado em nutrição florestal de macro e micro nutrientes; desenvolvimento de tecnologias para monitorar a incidência e minimizar o impacto das pragas e doenças no plantio de eucalipto.

A máxima produção sustentada atingida até o momento está na ordem de 39 m³/ha.ano (Figura 3). Esse patamar deverá se elevar para 42 m³/ha.ano, em futuro próximo, em vista dos investimentos aplicados no desenvolvimento contínuo de novos clones, na formulação de regimes de adubação ajustados para condições ecológicas específicas e no controle de pragas.



1.4.7 Estimativa atual e projetada da produção

A produção atual de madeira, conforme a demanda da indústria é da ordem de 2.850.000 m³/ano. Com a projeção de aumento na produtividade para 42 m³/ha.ano no futuro próximo, a demanda de matéria-prima poderá ser atendida mesmo sem ampliação da base florestal.

As cotas de plantio e colheita da Unidade Florestal são determinadas em função do consumo da fábrica e da capacidade de produção sustentada do Parque. Desta forma, a produção de madeira e a geração de mão-de-obra são constantes, resultando em equilíbrio ambiental e social.

O planejamento da produção florestal baseia-se em um sistema de rotação de áreas, e a colheita das florestas é feita apenas quando as árvores estão maduras, basicamente entre seis e sete anos.

No Conpacel, o planejamento das atividades florestais é feito considerando-se um horizonte de longo prazo (21 anos), médio prazo (7 anos) e curto prazo (programa anual de colheita e plantio). Todo o programa operacional de plantio e colheita é realizado após simulações e revisões, buscando o melhor resultado para o manejo da base florestal.

1.4.8 Uso de pesticidas

Os pesticidas utilizados nas atividades de manejo florestal são:

- Formicidas sob a forma de micro-isca à base de sulfluramida e pó à base de deltametrina;
- Herbicidas à base de glifosato;
- Cupinicida à base de fipronil.

O uso de sulfluramida, deltametrina e fipronil está proibido pelo FSC, entretanto, a empresa está utilizando sob pedido de derrogação.

2.0 PADRÕES UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

No processo de certificação do Conpacel foi o Padrão Interino da SCS para Certificação de Manejo de Plantações Florestais no Brasil, versão 2, de novembro de 2008. Este padrão é, na maior parte, baseado no Padrão FSC para Plantações Florestais no Brasil (versão 9.0), o qual foi aprovado pelo FSC Brasil, mas ainda deverá ser aprovado pelo FSC Internacional. O padrão pode ser encontrado na página eletrônica da SCS:

http://www.scs-certified.com/forestry/forest_programmat_fm.html.

3.0 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

3.1 DATAS DE AVALIAÇÃO

- Reunião pública: 30 de março de 2009 em Itararé /SP
- Auditoria de campo: 30 de março a 03 de abril de 2009

3.2 EQUIPE DE AVALIAÇÃO

3.2.1 Equipe de auditores

Dra. Vanilda R. de Souza, Engenheira florestal formada pela USP, M. Sc. ESALQ/USP e doutora pela UFPR na área de Tecnologia de Madeira. Com mais de vinte anos de experiência profissional, tem atuado como pesquisadora, consultora e prestadora de serviços para o setor privado no Brasil. No setor florestal, desenvolveu, implantou e conduziu programas de qualidade nas atividades florestais, assim como pesquisa para aumento da produtividade florestal e melhoria da qualidade da madeira. Tem atuado na área de colheita florestal há mais de sete anos. No setor ambiental, realizou estudos e desenvolveu programas para minimização dos impactos ambientais causados pelas atividades florestais; desenvolveu e implantou programa de gerenciamento de resíduos gerados nas atividades florestais, bem como normas para utilização de produtos químicos e introdução de novos produtos; coordenou estudos de fragmentos naturais e projetos de recuperação de áreas degradadas. Na área social, desenvolveu programas de qualificação de recursos humanos (treinamentos e reciclagens), envolvendo os temas produtividade, qualidade, segurança no trabalho e meio ambiente; desenvolveu projetos, implantou e executou programas de educação ambiental na região Norte Pioneira do Estado do Paraná. No setor industrial, desenvolveu e implantou programas de Integração Floresta x Indústria, visando à melhoria da qualidade do produto final e à redução de custos de produção, além de estudos e programas de adequação e otimização de matérias-primas. É coordenadora do programa de certificação da SCS no Brasil, através da empresa Sysflor, tendo participado como auditor de diversos processos de avaliação preliminar, certificação e re-certificação de unidades de manejo florestal, envolvendo plantações florestais e florestas naturais e também para sistemas de cadeia de custódia, envolvendo os mais diversificados produtos de madeira.

Dr. Jarbas Yukio Shimizu, Engenheiro florestal, formado pela Universidade Federal de Viçosa, M. Sc. em Ciências Florestais pela Universidade da Flórida (EUA), Ph. D. em Genética Florestal pela Universidade Estadual da Carolina do Norte (EUA) e pós-doutorado em Genética de Populações pela Universidade Estadual de Oregon (EUA). Outros treinamentos incluem aperfeiçoamento em conservação de germoplasma florestal e micropropagação de espécies florestais no Japão, conservação e uso de recursos fitogenéticos na Espanha e curso intensivo de Auditor Líder em Sistema de Gestão Ambiental no Brasil. Sua experiência profissional de mais de 30 anos inclui atividades como contraparte brasileiro no Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal no convênio IBDF/PNUD-FAO e, posteriormente, como pesquisador da Embrapa Florestas, atuando nas áreas de silvicultura, melhoramento genético florestal e conservação de germoplasma florestal, onde liderou diversos projetos de conservação e melhoramento genético, tendo assumido o posto de Chefe Adjunto Técnico do Centro Nacional de Pesquisa de Florestas. Tem atuado, também, como consultor em melhoramento florestal e silvicultura de espécies de rápido crescimento para instituições oficiais de pesquisa florestal e empresas florestais no Brasil e em outros países como Uruguai, Chile, México e

Moçambique. Tem ministrado cursos intensivos de melhoramento florestal na Universidade Nacional da Colômbia e na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-Campus de Irati), PR, além de atuar como orientador, co-orientador e componente de bancas de exame de tese de diversos estudantes de mestrado e doutorado em Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná.

Dra. Rosemeri Segecin Moro, Mestre em Ciências Biológicas pela UFPR e Doutora em Biologia Vegetal pela UNESP de Rio Claro, Professora Associada, desde 1987, do Departamento de Biologia Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde leciona para o Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas e, desde 2005, para o Curso de Mestrado em Gestão do Território (UEPG) – área de concentração “Análise sócio-ambiental”, com a disciplina de “Ecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental”. É, também, docente do curso de especialização em Gestão Ambiental desde 1998. Já orientou dezenas de jovens pesquisadores na graduação e pós-graduação. Desenvolve projetos na área ambiental financiados pela Fundação Araucária e mantém, através da FAUEPG, convênios para pesquisa em Conservação da Natureza com ICMBio, COPEL e outros. Integrou equipes de diversos estudos para elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação e de Planos Diretores municipais. Integrante, há quase 20 anos, do Núcleo de Estudos em Meio Ambiente – NUCLEAM, participa do Conselho Gestor do Parque Estadual de Vila Velha e do Comitê Estadual de Assessoria do Programa do Estado de Matas Ciliares, no Paraná.

Dr. Carlos Hugo Rocha, Engenheiro agrônomo, formado pela Universidade Federal do Paraná, M. Sc. pela mesma Universidade na área de Manejo e Conservação dos Solos; doutorando pelo Department of Human Dimensions of Natural Resource – Warner College of Natural Resources - Colorado State University. É Professor Assistente IV no Departamento de Ciência do Solo e Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e ministra disciplinas como Recursos Naturais Renováveis, Agricultura Alternativa e Geoprocessamento, Planejamento Regional e Ambiental Estudo de Impactos Ambientais. Como pesquisador, atua nas áreas de Conservação da Natureza; Manejo de Áreas Protegidas; Dimensões Humanas aplicada ao Manejo dos Recursos Naturais; Planejamento e Manejo Integrado da Paisagem; Ecologia da Paisagem; Biologia da Conservação; Estratégias para o Manejo Colaborativo e Conservação da Natureza; Agricultura Familiar, Agroecológica e Orgânica. Foi membro do Conselho Administrativo do NUCLEAM/UEPG – Núcleo de Estudos em Meio Ambiente da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1991 a 1997; ocupou o cargo de Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente (SMTMA), desenvolvendo entre os vários trabalhos, a Implantação de Sistema Integrado Municipal para o Planejamento Ambiental Urbano. Junto à Acarpa/Emater-PR desenvolveu trabalho de Extensão Rural junto a propriedades de agricultura familiar na região sul do estado do Paraná (Floresta Ombrófila Mista), com ênfase no manejo dos recursos naturais, conservação dos solos e desenvolvimento rural integrado. Como consultor, tem desenvolvidos importantes projetos sócio-ambientais para a região dos Campos Gerais, no Estado do Paraná.

3.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação de Re-Certificação do manejo florestal desenvolvido pelo CONPACEL iniciou-se com uma consulta pública realizada a partir de 27 de fevereiro de 2009. Foram notificados o FSC e inúmeras instituições ambientais, sociais e econômicas com atuação local, regional e nacional, através de e-mail e via correio.

A equipe multidisciplinar de auditores especializados nas áreas florestal, ambiental, econômica e social realizou a auditoria no período de 30 de março a 03 de abril de 2009, verificando a documentação e os procedimentos formais referentes ao manejo florestal. Nos trabalhos de campo, os auditores verificaram os procedimentos operacionais como plantio, aplicação de herbicidas, formicidas e adubos, roçada, colheita de madeira, conservação de estradas, transporte de trabalhadores florestais, operações de viveiro e recuperação de mata nativa. Nas sedes das fazendas visitadas, foram vistoriados os depósitos de pesticidas e analisados documentos e registros referentes ao programa de fomento florestal, programa de prevenção e combate a incêndios, programa de monitoramento da flora e da fauna, planos anuais de corte e plantio, segurança do trabalho, programa de monitoramento de impactos sociais e ambientais das operações florestais.

No último dia de avaliação, os auditores se reuniram para analisar as informações levantadas durante os trabalhos de campo, confrontando-as com os Princípios, Critérios e Indicadores dos Padrões Interinos de Certificação de Plantações da SCS. Ao final, foram elaboradas as ações corretivas requeridas (CAR) com prazos determinados para cumprimento e recomendações (REC), as quais foram apresentadas à direção e à equipe técnica da empresa na reunião de encerramento.

3.3.1 Itinerário

Dada a grande distância entre as fazendas da UMF, cada auditor seguiu, com as equipes do CONPACEL para destinos distintos, com o propósito de vistoriar aspectos específicos de suas respectivas especialidades (Tabela 4).

Tabela 3. Itinerário seguido pelos auditores para a re-certificação do manejo florestal do CONPACEL em 2009.

Data	Fazenda (Município)	Atividade	Auditor
30/03/2009	Escritório Araraquara	Reunião de abertura e planejamento da auditoria Análise da documentação (programas, mapas, projetos, controles, etc.)	Jarbas Rosemeri
	Santa Genoveva (São Simão)	Reunião e planejamento da auditoria; vistoria do depósito de pesticidas; vistoria do transporte de trabalhadores em campo; aplicação manual de herbicida; avaliação ambiental.	Jarbas Rosemeri

Data	Fazenda (Município)	Atividade	Auditor
30/03/2009	Morro do Forno (Altinópolis)	Vistoria nas operações de colheita; transporte de trabalhadores, verificação de documentos; avaliação ambiental - condição das APP; erosão; manutenção de estradas, condições dos fragmentos de florestas nativas, etc.	Jarbas Rosemeri
	Escritório do Parque Ibiti (Itararé)	Reunião de abertura e planejamento da auditoria nas fazendas da região sul; documentação; cadastro florestal, base cartográfica; inventário; planejamento florestal; geoprocessamento; checagem do plano de gestão em medicina e segurança do trabalho; programa de treinamentos; programa de educação ambiental; verificação do sistema de armazenamento e controle dos produtos químicos utilizados no manejo, bem como de suas embalagens; documentação legal das terras.	Vanilda Hugo
	Consulta pública no município de Itararé	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Empresas Prestadoras de Serviços - Secretaria da Agricultura - Secretaria do Meio Ambiente - Reunião Pública	Vanilda Hugo
	Fazenda Ibiti	Checagem da atividade de desbrota (com machado) e condições gerais de trabalho; visita à atividade de descascamento de madeira e entrevista com os trabalhadores; verificação da atividade de colheita manual; programa de eliminação de exóticas de áreas de conservação;	Vanilda
31/03/2009	Escritório da sede (Araraquara)	Verificação de documentos; discussão sobre conservação de solos e estradas; contenção de erosões.	Jarbas Rosemeri
	Fortaleza (Araraquara)	Vistoria do transporte de trabalhadores; aplicação manual de herbicida; operações de viveiro, educação ambiental; controle e monitoramento de erosões.	Jarbas Rosemeri
	Escritório geral do Parque Guarujá (Avaré – SP)	Verificação das áreas inclusas no escopo de certificação e documentação legal; programa de treinamento dos funcionários; programas de conservação do solo e bacias	Vanilda Hugo

		hidrográficas.	
--	--	----------------	--

Continuação

Data	Fazenda (Município)	Atividade	Auditor
31/03/2009	Palmeiras	Visita à atividade de aproveitamento de resíduos florestais; condições de trabalho.	Vanilda
	Guarujá	Checagem da atividade de implantação de florestas (plantio); condições das estradas; programa de eliminação de exóticas de áreas de conservação.	Vanilda
	Município de Avaré	Consulta pública: - Sindicato dos trabalhadores rurais - DEPRN (Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais do Estado de São Paulo)	Hugo
01/04/2009	Escritório do Parque Florestal Flecha Azul	Revisão do escopo de certificação; análise da documentação legal, mapas, programas, projetos, etc.	Rosemeri
	Flecha Azul (Boa Esperança do Sul)	Vistoria no transporte de trabalhadores; aplicação manual de herbicida; aplicação manual de adubo; recuperação de áreas de conservação. Visita à Floresta indicada como de alto valor de conservação, restauração de APP; recomposição de reserva legal, estado de conservação da malha viária; acompanhamento dos projetos de inventário e monitoramento de flora e fauna.	Jarbas Rosemeri
	Escritório do Parque Florestal de Anhembi	Verificação da documentação, fazendas inclusas no escopo de certificação, Mapas, projetos, programa de conservação do solo e bacias hidrográficas, programa de monitoramento de fauna e flora.	Vanilda Hugo
01/04/2009	Santa Isabel	Verificação geral para inclusão no escopo de certificação da empresa. Checagem das áreas de conservação (RL + APP); impactos sócio-ambientais; procedimentos de abertura e conservação de estradas; desenvolvimento dos plantios de eucaliptos.	Vanilda
	Vertedouro	Verificação do programa microbacias; conservação das florestas nativas; consulta	Hugo

		aos vizinhos.	
--	--	---------------	--

Continuação

Data	Fazenda (Município)	Atividade	Auditor
01/04/2009	Descalvado	Verificação da atividade de colheita mecanizada; documentação dos funcionários; treinamentos (operacionais, segurança do trabalho e primeiros socorros); programa de redução de custos na atividade de implantação de florestas; verificação do resultado do programa implantado para maior aproveitamento de madeira e redução de resíduos em campo.	Vanilda
	Município de Anhembi	Consulta pública: - empresas prestadoras de serviços - Sindicato dos Trabalhadores Rurais - trabalhadores	Hugo
02/04/2009	Sede do Parque Saligna (Itirapina)	Análise da documentação (programas, mapas, projetos, etc.)	Rosemeri Jarbas
	Sapoti	Checagem das operações de plantio, aplicação manual de herbicida e adubo; entrevista com trabalhadores de EPS; verificação dos materiais de primeiros socorros e de remoção de eventuais acidentados; condições das áreas de vivência dos trabalhadores no campo.	Jarbas
	Siriema, Sinimbu e Monjolinho	Restauração de APP, recomposição de reserva legal; conservação da malha viária; desenvolvimento das plantações.	Rosemeri
	Ideal	Checagem das atividades de silvicultura; treinamentos; condições de trabalho; controle e monitoramento de voçorocas.	Hugo
	Município de Lençóis Paulista	Consulta Pública: - empresas prestadoras de serviços - Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Escritórios de contabilidade das empresas prestadoras de serviços - Prefeitura municipal	Hugo
	Escritório do Parque N. S. da Penha	Verificação do programa de manejo integrado de pragas e doenças	Vanilda
	Horto Brasília	Verificação da atividade de colheita manual; entrevista com os funcionários;	Vanilda

		manutenção de estradas; desenvolvimento das florestas de eucalipto; estado de conservação das florestas nativas.	
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

			Continuação
Data	Fazenda (Município)	Atividade	Auditor
02/04/2009	N. S. Penha	Verificação dos depósitos e controles de produtos químicos, devolução de embalagens.	Vanilda
03/04/2009	Hotel (Avaré)	Consolidação das verificações de campo; verificação do cumprimento dos Princípios e Critérios do FSC; elaboração das ações corretivas; reunião de fechamento da auditoria com dirigentes do CONPACEL.	Todos

3.3.2 Avaliação do sistema de manejo

Aspectos sociais

Os aspectos sociais foram avaliados através de levantamentos de dados primários e secundários relativos às diversas instâncias representativas da sociedade civil local e regional, além de órgãos públicos estaduais relacionados ao meio ambiente e à atividade florestal. Foi dada atenção, também, às condições de trabalho, incluindo segurança, treinamento, transporte, alimentação, pagamentos, recolhimentos e cumprimento da legislação. Para tanto, foram entrevistados trabalhadores próprios e de empresas prestadoras de serviços. Particular cuidado foi dado às entrevistas com lideranças locais e visitas às comunidades localizadas nas adjacências das fazendas da UMF.

Aspectos ambientais

Para a análise dos aspectos ambientais foram vistoriados a base cartográfica, os materiais cartográficos fornecidos pelo Conpacel e verificada a sua veracidade em campo (verdade terrestre), observando-se as regularidades e irregularidades ambientais, tais como proteção dos remanescentes naturais; avaliação das áreas úmidas e locais de captação de água; delimitação, restauração e proteção das APP e Reserva Legal. Deu-se atenção especial aos programas de manutenção de estradas internas e de controle de erosões, para verificar os procedimentos adotados e seus impactos sobre os corpos d'água e remanescentes da vegetação natural. Foram visitados, também, os programas de monitoramento da fauna silvestre e as ações de educação ambiental.

Aspectos do manejo florestal

Para a análise dos aspectos das operações florestais, foram realizadas visitas às fazendas componentes da UMF, onde havia atividades em andamento, nos municípios de Altinópolis, Araraquara, São Simão, Itirapina, Boa Esperança do Sul, Itararé, Avaré, Lençóis Paulista; Anhembi e Descalvado. Foram avaliados, também, os esforços no

controle de espécies exóticas invasoras, os sistemas de planejamento, os controles da produção florestal, cadastros e a base cartográfica, além de toda a documentação pertinente. Junto à base de dados do Consórcio, foram vistoriados os registros das operações de colheita, regeneração, reforma e manutenção dos povoamentos plantados. Foi analisado, também, o balanço financeiro do último exercício do Consórcio para assegurar se o manejo florestal está sendo conduzido em regime sustentável.

3.3.3 Seleção das fazendas avaliadas

As fazendas avaliadas foram selecionadas com base em alguns fatores como: operações em andamento no momento, a distância de deslocamento requerido e existência de algum item em especial para inspeção como depósito de pesticidas, programa de controle de erosão, sítios com potencial para FAVC e outros.

3.3.4 Sítios visitados

Foram visitadas as seguintes fazendas, componentes da UMF do Conpacel:

- a) Fazenda Santa Genoveva, no município de São Simão;
- b) Fazenda Morro do Forno, no município de Altinópolis;
- c) Fazenda Fortaleza, no município de Araraquara;
- d) Fazenda Flecha Azul, no município de Boa Esperança do Sul;
- e) Fazenda Saligna, no município de Itirapina;
- f) Fazenda Ibiti, no município de Itararé;
- g) Fazenda Palmeiras, município de;
- h) Fazenda Guarujá, município de Avaré;
- i) Santa Isabel, município de Bofete;
- j) Fazenda Descalvado, município de Descalvado;
- k) Fazenda Sapoti, município de Itirapina;
- l) Fazenda Siriema, município de Itirapina;
- m) Fazenda Sinimbú, município de Itirapina;
- n) Monjolinho, município de Itirapina;
- o) Fazenda Ideal, município de Pardinho;
- p) Horto Brasília, município de Anhembi;
- q) Fazenda N. S. da Penha, nos municípios de Borebi, Cabrália Paulista, Lençóis Paulista e Avaí;

3.3.5 Consultas às lideranças locais (Stakeholders)

Conforme os procedimentos da SCS, as consultas às lideranças locais mais relevantes são um dos componentes importantes no processo de avaliação do manejo. As consultas foram efetuadas antes dos trabalhos de campo, através de correspondência (item 3.3.5.1) e aplicação de um questionário para registrar a percepção das partes interessadas quanto às operações de manejo florestal do Conpacel (item 3.3.5.2) a inúmeras instituições. Durante a auditoria, as consultas ocorreram em diversas localidades, incluindo uma Reunião Pública, além de entrevistas com representantes de diversos segmentos da sociedade civil e da população das imediações onde o Consórcio desenvolve suas atividades. Dentre os entrevistados, incluíram-se líderes sindicais, representantes de órgãos públicos, organizações privadas, lideranças locais e políticas, além de moradores do entorno das propriedades e da sede municipal. O principal propósito para a consulta foi:

- Buscar subsídios das partes afetadas sobre os pontos fortes e fracos do manejo das plantações florestais do Conpacel, assim como a natureza das interações entre a empresa e as populações do entorno;
- Verificar se os responsáveis pelo manejo florestal teriam consultado as partes interessadas para identificar quaisquer áreas de alto valor de conservação.

As principais partes interessadas nesta avaliação foram identificadas com base nos resultados de uma listagem apresentada pelo Conpacel, pela pesquisa em outras fontes e pela listagem do FSC-Brasil. Os seguintes grupos foram definidos como as principais partes interessadas:

- funcionários da empresa, incluindo pessoal gerencial e de campo;
- funcionários de empresas contratadas;
- proprietários vizinhos;
- moradores de bairros vizinhos;
- membros do FSC-Brasil;
- membros locais e regionais das ONG ambientais e sociais;
- agentes de órgãos ambientais (licenciamento, fiscalização) federais, estaduais e municipais;
- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
- outros grupos relevantes.

3.3.5.1 Modelo - Consulta Pública do Conpacel

Modelo - Consulta Pública da CONPACEL

REUNIÃO PÚBLICA

Certificação Florestal das Áreas de São Paulo e Paraná CONPACEL – Consórcio Paulista de Papel e Celulose

A SCS – Scientific Certification Systems (www.scs-certified.com) – entidade credenciada pelo FSC (*Forest Stewardship Council* – Conselho de Manejo Florestal) para a Certificação Florestal vem, através desta, convidar a V. Sa. para a **Reunião Pública**, que marca o início do Processo de Re-Certificação Florestal, requerida pelo CONPACEL, para suas áreas próprias e arrendadas no Estado de São Paulo e Paraná. As fazendas distribuem-se entre diversos municípios: Altinópolis, São Simão, Ibaté, Descalvado, São Carlos, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Corumbataí, Itirapina, Brotas, Piracicaba, Anhembi, Botucatu, Iaras, Borebi, Lençóis Paulista, Agudos, Itatinga, Avaré, Angatuba, Guareí, Ribeirão Branco, Itapeva, Itararé e Capão Bonito, em São Paulo, além de Sengés e Jaguariaíva, no Paraná. Nessas localidades, a empresa desenvolve o manejo de plantações florestais de eucalipto, perfazendo 60.000 hectares de efetivo plantio e 17.000 hectares de áreas de conservação, em 77.000 hectares a serem recertificados.

O CONPACEL - Consórcio Paulista de Papel e Celulose (antiga Ripasa), certificada em 2004 pelo FSC, opera desde setembro de 2008 de acordo com modelo de gestão Consórcio. Seus ativos pertencem, em partes iguais, aos grupos Suzano Papel e Celulose e Votorantim Celulose e Papel. Ele produz celulose, papéis para imprimir e escrever revestidos e não revestidos. Administra uma unidade industrial no município de Limeira e oito parques florestais. Especificamente na área florestal, a empresa gera 75 empregos de trabalhadores próprios e outros 1.603 de terceiros.

O Consórcio desenvolve ações sociais focadas, prioritariamente, em educação, cultura e meio ambiente, voltadas para seus colaboradores, seus familiares e comunidades de seu entorno. No âmbito profissional, através de parceria com a Universidade de São Paulo (USP), o Consórcio apóia a formação de seus colaboradores com o Curso de Especialização em Celulose e Papel, que já formou 23 colaboradores.

O processo de Certificação FSC prevê a participação popular e da sociedade civil, através da realização de Reuniões Públicas. Neste processo, a reunião pública ocorrerá no município de Itararé, no **dia 30 de março de 2009 (segunda-feira)**, no Teatro Municipal, situado à Rua XV de Novembro, No. 56, Centro, de **18h30min. às 21h30min.**

Salienta-se que a participação das mais diversas instâncias representativas da sociedade civil é fundamental, visto que a Certificação Florestal pressupõe o exercício pleno da cidadania de indivíduos e instituições direta e indiretamente interessados no assunto. Da mesma forma, a requerente deverá desenvolver seu manejo florestal em conformidade com os Princípios e Critérios do FSC, o qual pressupõe que a empresa deve promover um manejo socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente viável.

Ressalta-se que essa reunião será realizada antes de se iniciar o novo Processo de Avaliação (a ser realizado entre 30 de março e 04 de abril de 2009), sem a presença de representantes da empresa. Seu objetivo será de colher sugestões e preocupações que devem balizar os trabalhos da auditoria de campo, que avaliará o desenvolvimento dos manejos florestais nos aspectos social, legal, ambiental e econômico. Deste modo, sua participação é importante, a fim de que todos possam manifestar suas preocupações, comentários, sugestões, críticas ou apresentar novas evidências que possam ser úteis ao processo e que serão, em sua totalidade, registradas na presença de todos os participantes.

Caso seja de seu interesse, encontra-se em anexo um Questionário a ser preenchido por *V. Sa.*, sendo que ele deverá ser enviado ao e-mail sysflor@sysflor.com.br, ou ainda, se preferir, ao fax: **(0xx41) 33445061**. Além disso, se porventura houver interesse em obter mais informações acerca do Padrão de Certificação utilizado pela SCS para Manejo de Plantações Florestais no Brasil, esse documento pode ser obtido no site da SCS (http://www.scs-certified.com/forestry/forest_programmat_fm.html), sendo possível fazer o seu download (em formato Word) gratuitamente.

Desta forma, **todos estão convidados** a participar da Reunião Pública, **independentemente do recebimento formal deste comunicado**. Solicita-se, pois, de *V. Sa.* a **divulgação** do evento e do Questionário em anexo às instituições e pessoas de seu conhecimento que tenham interesse em participar do processo.

Atenciosamente.

Vanilda Rosângela de Souza
Auditora da Sysflor/SCS

3.3.5.2 Modelo - Questionário de Consulta Pública do Conpacel

Modelo - Questionário de Consulta Pública da CONPACEL

QUESTIONÁRIO DE CONSULTA PÚBLICA

RE-CERTIFICAÇÃO FLORESTAL DE PLANTAÇÕES FLORESTAIS (São Paulo e Paraná) CONPACEL – Consórcio Paulista de Papel e Celulose

Nome													
Instituição													
Endereço p/ Contato													
CEP:												E-mail	
1. O(a) sr.(a) conhece a CONPACEL? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não													
2. O(a) sr.(a) teria algum comentário a fazer a respeito da CONPACEL? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não													
3. Quais seriam esses comentários?													
4. O(a) sr.(a) teria algum comentário a fazer sobre as áreas da CONPACEL, na região de São Paulo e Paraná? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não													
5. Quais seriam esses comentários?													
6. Existe algum aspecto na área ambiental que o(a) sr.(a) considera digno de atenção na avaliação de campo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não													
Qual(is) seria(m) esse(s) aspecto(s) ambiental(is)?													
6.1 _____													
6.2 _____													
7. Existe algum aspecto na área social que o(a) sr.(a) considera digno de atenção na avaliação de campo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não													
Qual(is) seria(m) esse(s) aspecto(s) social(is)?													
7.1 _____													
7.2 _____													
O presente questionário tem por objetivo permitir aos cidadãos das mais variadas formações e interesses, ou representantes de instituições representativas da sociedade civil, participar de forma ativa do processo de Certificação Florestal do FSC. Desta forma, solicita-se que este questionário seja enviado ao e-mail sysflor@sysflor.com.br . Caso assim o prefira, o questionário pode ser enviado ao seguinte número de fax: (0xx41) 33445061. Solicita-se, igualmente, que o questionário seja divulgado para aqueles que, no seu entendimento, sejam pessoas que possam contribuir para o processo.													
OBS.: a) As questões levantadas neste questionário não terão as identidades dos autores expostas nos documentos atinentes ao Processo de Certificação. b) A participação dos interessados na consulta pública não implicará co-responsabilidade no Processo de Certificação.													

3.3.5.3 Resumo das preocupações públicas e respostas dadas pela equipe

Questões sócio-ambientais

- O município de Itararé capta água do rio Três Barras, cuja nascente encontra-se dentro das áreas do CONPACEL, para abastecimento da cidade. A quantidade de água produzida não tem sido suficiente. O CONPACEL continua dando atenção a essa importante bacia?

R: O CONPACEL sempre adotou práticas adequadas de conservação da área correspondente à bacia do Rio Três Barras, de forma a evitar qualquer impacto negativo sobre a mesma. Embora a área tenha sido conservada de acordo com as premissas ambientais da empresa e legislação ambiental, o Consórcio está classificando-a como de alto valor de conservação, tendo como atributo principal a quantidade e qualidade da água. Dentro deste contexto, está sendo implementado um manejo diferenciado para essa área e um programa de monitoramento da quantidade e qualidade água dessa bacia.

3.3.6 Outras técnicas de avaliação

Não foi utilizada nenhuma outra técnica de avaliação.

3.4 TEMPO TOTAL GASTO NA AUDITORIA

Para a avaliação do manejo desenvolvido pelo CONPACEL, a equipe de auditores revisou a documentação da empresa, vistoriou as atividades desenvolvidas nas fazendas da UMF consideradas no escopo da certificação e entrevistou funcionários do Consórcio e das empresas contratadas. As partes interessadas foram contatadas e entrevistadas em busca de subsídios e evidências do cumprimento ou não dos princípios e critérios do FSC. Ao todo foram dedicadas 226 horas de avaliação “in loco”, correspondendo a 28,2 dias (Tabela 4).

Tabela 4. Horas dedicadas pelos auditores na avaliação do manejo florestal do CONPACEL para certificação.

Eventos	Auditores			
	Vanilda	Hugo	Jarbas	Rosemeri
Consulta Pública	12	25		8
Reuniões públicas	3	3	-	-
Análise da documentação	10	8	8	10
Vistoria em campo	35	12	32	30
Reunião de avaliação	6	6	6	6
Reunião de fechamento	3	3	3	3
Total	69	53	49	55

3.5 PROCESSO DE DETERMINAÇÃO DAS CONFORMIDADES

Os padrões de certificação definidos pelo FSC compreendem três níveis hierárquicos: os Princípios que abrangem aspectos de uma forma geral, os Critérios que detalham cada Princípio e os indicadores que detalham cada critério. De acordo com os protocolos de avaliação do Programa de Conservação Florestal da SCS, a equipe de avaliação, coletivamente, deve decidir se uma determinada operação florestal está em conformidade com qualquer indicador aplicável dentro da relevância do padrão de certificação. Cada inconformidade de um critério ou sub-critério precisa ser avaliada para determinar se constitui uma inconformidade maior ou menor. Nem todos os Indicadores têm a mesma importância e não existe nenhuma fórmula numérica para determinar se uma operação está em uma inconformidade. A equipe precisa usar o julgamento coletivo para avaliar cada critério e definir a sua conformidade. Quando uma operação florestal for avaliada como inconforme para um determinado critério, pelo menos um indicador precisa ser avaliado como uma inconformidade maior.

Ações corretivas requeridas (*Corrective action request* – CAR) são definidas para cada inconformidade. Inconformidades maiores são denominadas CAR maiores e as inconformidades menores como CAR ou CAR menores.

Interpretação de CAR Maiores (pré-condições), CAR (CAR Menores) e Recomendações.

CAR Maiores/Pré-condições: são inconformidades maiores, individuais ou combinadas com outras inconformidades de outros indicadores, que resultam (ou podem resultar) em uma falha considerável no cumprimento dos objetivos do critério do FSC, dado o caráter único e a fragilidade dos recursos florestais. Estas são ações corretivas que precisam ser resolvidas ou fechadas antes da emissão do certificado. Se uma CAR maior for identificada após a certificação, o prazo previsto para corrigir esta inconformidade é tipicamente menor do que de uma CAR menor. A certificação estará condicionada à resposta da operação florestal em resolver a pendência no prazo estipulado.

CAR ou CAR Menores: são ações corretivas em resposta a inconformidades menores, que são tipicamente limitadas na escala ou podem ser caracterizadas como erros não usuais do sistema. As ações corretivas devem ser cumpridas em um determinado tempo pré-definido, depois de emitido o certificado.

Recomendações: são sugestões que a equipe de avaliação apresenta, no sentido de ajudar a empresa a se encaminhar a uma situação ideal de desempenho. O atendimento às recomendações é voluntário e não afeta a manutenção do certificado. Recomendações podem ser transformadas em condicionantes, caso o cumprimento de algum critério esteja sendo afetado pela sua não execução.

4 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

4.1 PRINCIPAIS PONTOS FORTES E FRACOS DE DESEMPENHO DO CONPACEL EM RELAÇÃO AOS P&C DO FSC

Princípios	Pontos fortes	Pontos fracos	Provi-dências
P1: Obediência às leis e aos princípios do FSC	<ul style="list-style-type: none"> • Recolhimento dos encargos e taxas referentes à atividade • Procedimentos formais estabelecidos para proteger as áreas de manejo contra atividades ilegais. • Respeito a todos os acordos e tratados internacionais, ratificados pelo Congresso Nacional Brasileiro. • Identificação de floresta de alto valor de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> • Faltam informações essenciais no documento sobre o compromisso de longo prazo de manutenção das amostras representativas dos ecossistemas existentes. 	CAR Maior 2009-1
P2: Direitos e responsabilidades de posse e uso da terra	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos de uso dos recursos florestais de longo prazo (títulos de terras e contratos de arrendamento) devidamente documentados. • Não há comunidades com direitos legais ou costumários de posse ou uso da terra, conflitantes com o manejo florestal do Conpacel. • Não há disputa sobre direito de uso da terra. • Excelente sistema de informação georreferenciada. 		
P3: Direitos das comunidades indígenas e comunidades tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • Não se aplica. Não há populações indígenas ou tradicionais no entorno ou na região onde se desenvolve o manejo das plantações florestais do Conpacel. 		
P4: Relações comunitárias e direitos dos trabalhadores da Unidade de Manejo Florestal.	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores contratados nos municípios próximos às áreas de manejo. • Acesso à assistência à saúde e à segurança no trabalho. • Condições sanitárias e ambientais satisfatórias nas frentes de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nem todos os trabalhadores têm alimentação e água fornecidas em quantidade e qualidade satisfatórias. • O plano de atendimento a emergências poderia 	CAR 2009-10 REC 2009-1

	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos de comunicação nas frentes de trabalho. • Programa de capacitação e treinamento dos trabalhadores. • Transporte de trabalhadores em condições seguras. • Benefícios significativos aos colaboradores, quando comparados à mão-de-obra regional. • Diversos programas sociais em curso, resultantes do diagnóstico sócio-econômico da região. • Fortalecimento da economia local, com a utilização de prestadores de serviços e de fornecedores da região. • Acordos sindicais em relação à jornada de trabalho e aos benefícios oferecidos aos funcionários. • Apoio a instituições públicas, especialmente em questões sociais e educacionais. • Mecanismos múltiplos de diálogo com a sociedade e para resolução de queixas. • Não há envolvimento de trabalhadores menores de idade. 	<p>contemplar outros casos como acidentes de trabalho, saúde etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A empresa poderia integrar, em um plano de gestão social, todas as ações envolvendo tanto a comunidade interna quanto a externa. 	<p>REC 2009-2</p>
<p>P5: Benefícios da floresta (plantações florestais)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manejo florestal é realizado de forma objetiva e empresarial, visando ao suprimento de madeira para produção de celulose e papel de fibra curta. • A atividade florestal tem viabilidade econômica e leva em conta os custos ambientais, sociais e operacionais, assegurando investimentos para a manutenção de sua produtividade ecológica. • Produtividades crescentes, possibilitando maior eficiência no abastecimento de matéria-prima. • O manejo praticado estimula a otimização da floresta e minimiza o desperdício associado às operações de colheita. • Promove o uso de bens e serviços de 	<ul style="list-style-type: none"> • Nas operações de colheita, seguidas pela talhadia ou pela reforma dos plantios, não se leva em consideração a sustentabilidade da microbacia hidrográfica 	<p>CAR 2009-9</p>

	<p>fornecedores locais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Conpacel utiliza mão-de-obra essencialmente local (própria e terceirizada), gerando empregos e renda em cada região. • Não utiliza fogo no preparo do solo. • Proteção de amostras representativas dos ecossistemas existentes dentro da paisagem em seu estado natural, identificadas em mapas. • Os equipamentos de colheita e silvicultura são adequados de acordo com as condições locais (topografia, tipo de solo) e viáveis economicamente. • Existência de normas operacionais formais para controlar a erosão, proteger os recursos hídricos e minimizar os danos durante a colheita e a construção de estradas. • Existe um programa de recuperação de áreas de preservação permanente. • Procedimentos formais para o controle da caça e da pesca. • Não há conversão de áreas florestais para outros usos não-florestais da terra. • Existe um programa de inventário florestal contínuo, cujas estimativas de produção têm equivalência com a obtida nas operações de colheita. • Há compatibilidade entre os níveis de colheita atuais e as estimativas de crescimento. • A colheita dos produtos florestais não excede os níveis de produção sustentáveis. • Plano adequado para prevenção e combate a incêndios. • Os produtos químicos, vasilhames, resíduos não-orgânicos líquidos e sólidos, incluindo combustíveis e óleos lubrificantes são descartados de forma ambientalmente apropriada, em local adequado. 		
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Não utiliza agentes de controle biológico. • A empresa não utiliza organismos geneticamente modificados 		
P6: Impacto Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Os equipamentos utilizados nas atividades florestais são escolhidos de forma a considerar os impactos ambientais potenciais; • Existe um esforço para atualizar e converter a base cartográfica dos empreendimentos através da estruturação de uma equipe de geoprocessamento e investimentos na aquisição de material aerofotogramétrico e <i>softwares</i> de processamento de imagens em ambiente SIG. • Os mapas estão em processo contínuo de atualização; • Existe a intenção de integrar as bases de dados convertidas com os demais sistemas que necessitam de informações cartográficas; • Há amostras de um projeto de modelo digital animado dos terrenos (vão virtual no Parque Fortaleza) a ser implantando futuramente em todos os Parques. • Os levantamentos de solo, flora e fauna vêm sendo realizados, sistematicamente, nas várias fitofisionomias da área, constando em relatórios documentados. Há um programa interno de registro de avistamentos de fauna por parte dos funcionários. • Existem mapeamento e croquis dos habitats e áreas naturais, bem como listagens de espécies endêmicas, raras e/ou ameaçadas de extinção para a maioria das áreas da empresa. • Há estudos de paisagem para algumas áreas apontando corredores de biodiversidade. • Há convênios com viveiristas para a complementação da biodiversidade local com enriquecimento da flora com espécies nativas de origem genética diversificada; • Há evidências de ações de controle da 	<p>Os procedimentos emergenciais não contemplam situações que afetam a segurança e a saúde dos trabalhadores e as comunidades do entorno.</p> <p>Falta um plano de gestão ambiental integrando todas as ações desenvolvidas.</p>	<p>REC 2009-1</p> <p>REC 2009-3</p>

	<p>caça, pesca e retirada de materiais das áreas da empresa;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há programas de Educação Ambiental (<i>Conhecer para Preservar</i>) voltados à comunidade escolar, em processo contínuo de avaliação. • Há grandes fragmentos de áreas naturais, nos diversos Parques, em variados estágios de integridade. Nestes locais, os encarregados têm relatado avistamento de diversos mamíferos característicos destes ecossistemas, além de muitos vestígios da fauna relacionada. • Há planos de readequação de APP em andamento, em diversos estágios, devidamente documentados em mapas, planilhas e relatórios de campo; • A empresa participa do Programa de monitoramento ambiental de microbacia hidrográfica e Rede de Microbacias (PROMAB/REMAN) no qual uma microbacia hidrográfica experimental é monitorada quanto à quantidade de chuva, à vazão do ribeirão, à qualidade da água, entre outros aspectos, possibilitando avaliar a qualidade do manejo praticado nas florestas de eucalipto. • A empresa utiliza o cultivo mínimo na silvicultura. Esta técnica consiste em deixar no solo os resíduos provenientes da colheita florestal para proteção do solo e manutenção da fertilidade. • Há monitoramento, controle e prevenção de erosões, buscando-se a eliminação das perdas de solo. • Nas áreas destinadas à FAVC, APP e RL, existe representatividade dos diversos ecossistemas, em bom estado de preservação, e/ou sob programas de recuperação, notadamente Florestas Ombrófilas Estacionais, Ombrófilas Mistas, Estepes e Cerrados. • Há proteção adequada às áreas hidromórficas e matas ciliares, tanto ao longo dos cursos de água naturais quanto em torno de represas. • Existe um plano eficiente para prevenção 		
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

	<p>e combate a incêndios.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há evidências do bom funcionamento dos planos de controle de erosão e manutenção de estradas, de recuperação de voçorocas e de readequação da malha viária. • Existe cooperação com o poder público municipal para a conservação de estradas municipais que atravessam as áreas da empresa. • Foi apresentado um plano de manejo florestal com vistas à proteção dos recursos hídricos durante as operações. • Há evidências de eficiente controle e monitoramento de transporte, armazenagem e uso de produtos químicos; • Há registros de treinamento de equipes que manipulam produtos químicos; • Há programa de monitoramento da saúde do trabalhador, bem como controle de fornecimento de EPI e seu descarte. • Há destinação adequada de resíduos e efluentes, de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos. • Há planos de controle de espécies exóticas em APP que, no entanto, aguardam a liberação pelo órgão ambiental (DEPRN); 		
<p>P7: Plano de Manejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um Plano de Manejo apropriado à escala e à intensidade das operações propostas, que vem sendo implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para o seu cumprimento estão claramente descritos. • Há descrição dos recursos florestais a serem manejados e sistemas de manejo, de acordo com suas características. • Há evidências de que os trabalhadores conhecem o plano de manejo e seguem programas sistemáticos de treinamento e supervisão • O Resumo do Plano de Manejo encontra-se disponível no <i>site</i> da empresa na Internet para consulta 	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano de Manejo não traz descrições claras quanto a: <ul style="list-style-type: none"> a- o compromisso de longo prazo de adesão para com os princípios e critérios do FSC; b- as limitações ambientais; especificação do uso da terra e situação fundiária; c- justificativa para as taxas anuais de colheita baseada em inventário; d- a mapas indicando as áreas inclusas no escopo de certificação. Falta, também, a reformulação do Resumo 	<p>CAR Maior 2009-1; 2009-2; 2009-3</p>

	<p>pública.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há procedimentos para a revisão periódica do Plano de Manejo, inclusive com 6 versões anteriores a apresentada. • Programa de treinamento dos trabalhadores próprios e de terceiros. • Há planejamento, implantação e manutenção da malha viária realizados de acordo com especificações técnicas. • Há descrição e justificativa das técnicas de colheita escolhidas e equipamentos utilizados. <p>Controle e armazenagem adequada dos produtos colhidos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existe um plano de prevenção e controle de incêndios, equipes treinadas e com responsabilidades definidas. 	<p>Público considerando as alterações mencionadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não se conhece o perfil sócio-econômico dos municípios envolvidos; • Não há um plano de monitoramento de impactos sociais e ambientais; • Não há um plano para a identificação e proteção de espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção; 	<p>CAR Menor 2009-6; 2009-7</p>
<p>P8: Monitoramento e Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um sistema avançado e moderno de monitoramento de bacias hidrográficas. • O monitoramento da fauna já está ocorrendo de forma sistemática e o da flora irá começar em breve; • Programas de monitoramentos documentados e disponíveis. • Todas as informações coletadas no monitoramento estão registradas em bancos de dados e são utilizadas para revisão das operações florestais e do plano de manejo. • Existe um sistema de controle de custos e da produtividade que resguarda a confidencialidade da empresa. • Os procedimentos adotados pela empresa permitem o monitoramento e o rastreamento de cada produto florestal desde sua origem até a saída da fazenda. • Há publicidade relativa dos resultados do monitoramento do controle de erosões e recuperação de voçorocas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há um plano de monitoramento ambiental que relate as mudanças sofridas pela flora e fauna, em função das atividades de manejo florestal. • Não há evidências de que os resultados de monitoramento de flora e fauna tenham sido devidamente registrados nas atualizações do Plano de Manejo • Não se percebe, no Plano de Manejo, nenhum dispositivo que permita inferir que este venha a incorporar, de maneira clara, os resultados de monitoramentos de flora e fauna. 	<p>CAR 2009-8</p>

<p>P9: Manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação</p>	<p>Existem estudos suficientes para demonstrar a existência de atributos para definição de Florestas de Alto valor de Conservação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Houve parcerias com a comunidade científica para a realização da pesquisa de atributos para a definição de FAVC • A presença de animais silvestres em algumas áreas de mata nativa é monitorada por meio de armadilhas fotográficas. • Há estudos de conectividade entre fragmentos naturais na paisagem. • Há programas de recuperação e adequação de APP, inclusive em FAVC. • Há estudos para o controle da invasão biológica (cipós) em FAVC. 	<ul style="list-style-type: none"> • A indicação das FAVC não levou em conta sua discussão em consultas públicas. • Existem áreas de relevante interesse, inclusive apontadas pela comunidade, que não tinham sido consideradas como FAVC; • Não há programas de monitoramento para avaliar a efetividade do manejo das FAVC; 	<p>CAR Maior 2009-4; 2009-5</p>
<p>P10: Plantações florestais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os objetivos das plantações florestais estão claros no plano de manejo, incluindo a conservação das áreas de preservação permanente e reservas legais. • A empresa cumpre, na íntegra, a obrigatoriedade da manutenção da reserva legal e vem realizando a adequação das áreas de preservação permanente onde necessário. • Em comparação com as atividades de uso da terra em seu entorno, as plantações florestais promovem proteção das áreas naturais remanescentes, permitindo a conservação de importantes habitats de espécies silvestres. • Ecossistemas naturais protegidos e identificados em mapas. • As áreas do Consórcio estão distribuídas por vários municípios paulistas e paranaenses, proporcionando a criação de mercado de trabalho em uma extensa área nesses estados. • A seleção das espécies para as plantações está baseada na sua total adequação (verificada mediante testes clonais) às regiões de atuação do Conpacel, em 	<ul style="list-style-type: none"> • Nas operações de colheita, seguidas pela talhadia ou pela reforma dos plantios, não se leva em consideração a sustentabilidade da microbacia hidrográfica. 	<p>CAR 2009-09</p>

	<p>conformidade com os objetivos do manejo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para manter a integridade do solo, são utilizadas técnicas adequadas e modernas de preparo (cultivo mínimo) sem utilização do fogo, com disposição adequada de galhadas, reduzindo sua compactação. • Os processos erosivos são controlados e monitorados, minimizando os impactos sobre os recursos hídricos. • Adoção de técnicas compatíveis com as condições locais (topografia, tipo de solo, clima, dentre outros). • Justificativas para a aplicação e dosagens de produtos químicos. • Evidências de empenho para a otimização do uso de pesticidas (programa de monitoramento de formigas e matocompetição) mediante treinamentos e controle do uso de pesticidas. • O Conpacel não realizou nenhum desmatamento para transformar em plantios de eucalipto a partir de 1994. 		
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

4.2 PRÉ-CONDICIONANTES OU CAR MAIORES

CAR Maiores são as inconformidades, individuais ou combinadas com inconformidades de outros indicadores, que resultam (ou podem resultar) em falha considerável no cumprimento dos objetivos do critério do FSC, dado o caráter único e a fragilidade dos recursos florestais. A CAR Maior identificada no processo da certificação é denominada **Pré-condicionante** e precisa ser atendida como condição para certificação. Se ela for identificada no processo de avaliação do manejo já certificado, ela é denominada **CAR Maior** e o prazo previsto para sua correção é, tipicamente, menor do que de uma CAR Menor. A certificação ou a manutenção do certificado já obtido estará condicionada à resposta da operação florestal em atender essa pendência no prazo estipulado.

Inconformidade: O Plano de Manejo não apresenta informações sobre: a) compromisso de longo prazo do Conpacel de adesão para com os princípios e critérios do FSC; b) limitações ambientais das operações de manejo florestal; c) uso da terra e situação fundiária da sua base florestal; d) condições sócio-econômicas e perfil das áreas adjacentes (geologia, solo, clima e demais aspectos pertinentes); e) justificativa para as taxas anuais de colheita baseada em

inventário; f) descrição do plano para a identificação e proteção para as espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção; g) mapas indicando as áreas inclusas no escopo de certificação; h) elementos essenciais no resumo do plano de manejo para disponibilização ao público.	
CAR Maior 2009-1	Reformular no Plano de Manejo os seguintes itens: compromisso de longo prazo de adesão para com os princípios e critérios do FSC; as limitações ambientais; uso da terra e situação fundiária; condições sócio-econômicas e o perfil das áreas adjacentes (geologia, solo, clima e demais aspectos pertinentes); justificativa para as taxas anuais de colheita baseada em inventário; inclusão de mapas indicando as áreas inclusas no escopo de certificação. Providenciar a reformulação do Resumo Público considerando as alterações mencionadas.
Prazo	90 dias
Referência	Critérios e Indicadores: P1.c6.i1; P7.c1; P7.c4
Ações da empresa: O CONPACEL apresentou resumo do plano de manejo constando o compromisso de adesão de longo prazo aos P & C do FSC, uso da terra e situação fundiária; condições sócioeconômicas e o perfil das áreas adjacentes, justificativas das taxas anuais de colheita, baseada no inventário; descrição do plano para identificação e proteção para as espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção e, também, as áreas que compõem o escopo de certificação do manejo.	
Posição até a data final de elaboração do relatório: CAR atendida e fechada	

Inconformidade: O Conpacel não dispõe de dados atualizados sobre impactos sociais e ambientais relacionados ao manejo florestal.	
CAR Maior 2009-2	Atualizar o levantamento de impactos sociais e ambientais relacionados ao manejo florestal, indicando as possíveis atividades impactantes.
Prazo	90 dias
Referência	Indicador: P7.c1.i1; P8.c2.i6
Ações da empresa: O consórcio atualizou o levantamento de impactos sociais e ambientais, classificando-os em grupos, identificando as atividades mais impactantes, como a implantação florestal, construção de estradas, transporte de madeira e aplicação de defensivos agrícolas.	
Posição até a data final de elaboração do relatório: CAR atendida e fechada	

Inconformidade: O Conpacel não dispõe de plano para avaliação dos impactos sociais e ambientais das atividades de manejo florestal, nem de mitigação dos impactos negativos.	
CAR Maior 2009-3	O Conpacel deve apresentar um plano para avaliação dos impactos sociais e ambientais das atividades de manejo florestal e de mitigação dos impactos negativos.
Prazo	90 dias

Referência	Indicador: P4.c4; P4.c4.i1; P7.c1.i1; P8.c2.i6
Ações da empresa: O Conpacel apresentou um plano para avaliação dos impactos sociais e ambientais, o qual será revisado periodicamente. Com a atualização do levantamento de impactos, especialmente para as atividades mais impactantes, o consórcio elaborou e apresentou um plano de mitigação para os impactos negativos.	
Posição até a data final de elaboração do relatório: CAR atendida e fechada	

Inconformidade: O Conpacel não dispõe de documento formal definindo o manancial Três Barras como atributo para conservação na FAVC da Fazenda Ibiti.	
CAR Maior 2009-4	Apresentar um documento onde conste a reavaliação, no âmbito da Fazenda Ibiti, da área definida como Floresta de Alto Valor de Conservação, para incluir o manancial Três Barras como atributo, conforme indicado por estudos técnicos e pela comunidade em reunião pública.
Prazo	90 dias
Referência	Indicador: P9.c2.i1
Ações da empresa: Foi apresentado um documento com o mapa de localização da área, a identificação de todas as nascentes, bem como o reconhecimento da importância das áreas hidromórficas a serem conservadas e/ou restauradas.	
Posição até a data final de elaboração do relatório: CAR atendida e fechada	

Inconformidade: O Conpacel ainda não elaborou o plano de manejo da FAVC da Fazenda Ibiti.	
CAR Maior 2009-5	Com relação à Floresta de Alto Valor de Conservação indicada pela reunião pública, apresentar um Plano de Manejo específico para o entorno que inclua as medidas para assegurar a manutenção ou incremento do atributo água, indicando parâmetros de monitoramento.
Prazo	90 dias
Referência	Indicadores: P9.c3; P9.c4
Ações da empresa: Foi apresentado um Plano de Manejo de operações florestais no entorno da área, como colheita florestal em mosaico, conexão de fragmentos pela eliminação de carregadores e readequação da estrada principal. Haverá pontos de monitoramento da qualidade hídrica, com indicação dos parâmetros a serem avaliados.	
Posição até a data final de elaboração do relatório: CAR atendida e fechada	

5.0 DECISÃO SOBRE A CERTIFICAÇÃO

5.1 RECOMENDAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

Como determinado pelo protocolo do Programa de Conservação Florestal da SCS, a equipe de avaliação recomenda que o Conpacel seja contemplado com a re-certificação do FSC e o respectivo certificado de “floresta bem manejada”, sujeito ao cumprimento das ações corretivas requeridas descritas no item 5.2, por um período de cinco anos (2009 a 2013). O Conpacel tem demonstrado que o seu sistema de manejo é capaz de garantir que todos os requerimentos do Padrão Interino da SCS para Certificação de Manejo de Plantações Florestais no Brasil, versão 2 de novembro de 2008, são cumpridos nas áreas florestais objeto desta avaliação. O Conpacel tem demonstrado, também, que o sistema de manejo descrito está sendo cumprido corretamente em todas as áreas cobertas por esta avaliação.

5.2 AÇÕES CORRETIVAS REQUERIDAS (CAR) INICIAIS

Inconformidade: O Conpacel não tem posto em prática o plano para avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais das atividades de manejo florestal, julgadas impactantes.	
CAR 2009-6	Colocar em prática o plano para avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais das atividades de manejo florestal, julgadas impactantes (estabelecimento de novos plantios, transporte, colheita).
Prazo	Auditoria anual de 2010
Referência	Indicador: P7.c1.i1; P8.c2.i6

Inconformidade: O Conpacel não dispõe de plano para identificação e proteção para espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção.	
CAR 2009-7	Elaborar um plano para a identificação e proteção para as espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção.
Prazo	Auditoria anual de 2010
Referência	Indicador: P6.c2.i2; P7.c1.i9

Inconformidade: Não há um plano de monitoramento das alterações na flora e fauna em decorrência do manejo florestal do Conpacel.	
CAR 2009-8	Elaborar um plano de monitoramento de alterações na flora e fauna, contendo: 1) bioindicadores selecionados; 2) metodologia a ser empregada; e 3) cronograma de execução.
Prazo	Auditoria anual de 2011
Referência	Indicadores: P8.c2.i2, i4; P8.c4.i1

Inconformidade: O Conpacel não dispõe de dados sobre o impacto das operações de colheita e reforma de plantios sobre a sustentabilidade das microbacias hidrográficas.	
CAR 2009-9	Apresentar um estudo para a colheita e reforma das áreas que considere a questão de conservação e produção de água, visando à sustentabilidade das microbacias.
Prazo	Auditoria anual de 2010
Referência	Indicadores: P10.c2.i1, i3; P5.c5.i3; P6.c5.i1; P10.c6.i1

Inconformidade: Nem todos os trabalhadores operacionais recebem alimentação em condições adequadas.	
CAR 2009-10	Disponibilizar a todos os trabalhadores operacionais alimentação em condições adequadas
Prazo	Auditoria anual de 2010
Referência	Indicador: P4.c2B.i1

RECOMENDAÇÕES

Antecedentes/justificativas: O CONPACEL possui plano para atendimento á emergências em diferentes áreas, entretanto, a maioria não está mencionada no plano de manejo.	
REC 2009-1	Complementar, no Plano de Manejo, o item “plano de atendimento a emergências”, incluindo todas as áreas pertinentes: ambiental, segurança, saúde e proteção florestal.
Referência	Indicadores: P6.c7.i3; P4.c2C.i1

Antecedentes/justificativas: Existem várias ações sociais desenvolvidas pelo Consórcio, porém há dificuldade em visualizá-las e avaliar o seqüenciamento das mesmas, uma vez que não estão relacionadas dentro de um plano geral.	
REC 2009-2	Elaborar um plano de gestão social que contemple de modo integrado as ações desenvolvidas, envolvendo a comunidade interna (próprios e terceirizados) e comunidade externa.
Referência	Indicadores: P4.c4.i1

Antecedentes/justificativas: Existe um levantamento de impactos ambientais e várias ações, estudos e projetos visando mitigar os impactos negativos, porém há dificuldade em visualizá-las e avaliar o seqüenciamento, uma vez que não estão contempladas de forma integrada dentro de um plano geral.	
REC 2009-3	Existe um levantamento de impactos ambientais e várias ações, estudos e e

	projetos visando mitigar os impactos negativos, porém há dificuldade em visualizá-las e avaliar o seqüenciamento, uma vez que não estão contempladas de forma integrada dentro de um plano geral. Elaborar um plano de gestão ambiental que contemple de modo integrado todas as ações desenvolvidas.
Prazo	Auditoria anual de 2010
Referência	Indicadores: P6.c1.i1

6.0 AVALIAÇÕES DE MONITORAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

De acordo com os princípios e critérios do FSC, uma empresa certificada deve passar por uma auditoria de monitoramento, pelo menos uma vez ao ano, para avaliar a execução de cada ação corretiva requerida e revisar a continuidade do cumprimento da empresa em relação aos Padrões Interinos da SCS de Certificação do Manejo de Plantações Florestais no Brasil, versão 2. Os resumos públicos das avaliações estarão à disposição na página WEB da SCS (www.scs-certified.com).

7.0 RESUMO DOS PROCEDIMENTOS DA SCS EM RELAÇÃO ÀS INVESTIGAÇÕES DE QUEIXAS

A seguir, é apresentado um resumo dos procedimentos da SCS em relação à resolução de queixas. Os procedimentos completos estão disponíveis na SCS US, mediante pedido, para qualquer organização que perceba algum problema em relação ao Programa de Conservação Florestal da SCS e que tenha alguma razão para questionar a SCS pelas suas ações ou em relação aos detentores de um certificado da SCS.

Os procedimentos da SCS para a investigação de queixas compreendem o primeiro foro e mecanismo para a resolução amigável, evitando a necessidade de envolvimento do FSC. Queixas podem ser originárias de nossos clientes (por exemplo: donos de floresta, empresas ou distribuidores) ou de outras partes interessadas (“stakeholders”). Para haver um padrão nesse procedimento, as queixas devem ser feitas por escrito, acompanhadas de evidências de apoio e submetidas em 30 dias a partir do momento da ocorrência das ações que levaram às queixas.

A descrição da queixa deve conter:

- Identificação e indicação de uma pessoa de contato com relação à queixa apresentada;
- Descrição da ação reclamada (data, local, natureza da ação) e a caracterização das partes ou dos indivíduos associados à ação;
- Explicação de como a ação está violando os requisitos do FSC, de maneira mais específica possível, em relação aos requisitos aplicáveis ao caso;
- Descrição dos esforços realizados diretamente com o detentor do certificado para resolver a questão, no caso de queixas contra ações do detentor de um certificado;

- Proposição de ações que deveriam ser tomadas, levando em conta a opinião do requerente.

As queixas formais devem ser submetidas a:

Dr. Robert J. Hrubes
Senior Vice-President
Scientific Certification Systems
2000 Powell Street, Suite 1350
Emeryville, California, USA94608
Email: rhrubes@scscertified.com

Como detalhado no *Manual de Certificação da SCS*, as investigações sobre as queixas serão realizadas de forma confidencial, em um período de tempo razoável. Se apropriado, ações corretivas ou preventivas, bem como a resolução de qualquer deficiência encontrada em produtos ou serviços deve ser providenciadas e documentadas.